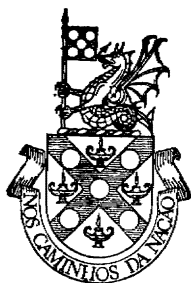

NAÇÃO E DEFESA



ANO XV — N.º 55 — JULHO-SETEMBRO DE 1990
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General ABEL CABRAL COUTO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

**Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Erico M. B. Capela (Secretário).**

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NO CDN/90	11
<i>Fernando Nogueira</i>	
A COOPERAÇÃO POLÍTICA EUROPEIA: PROCESSO DE INTE- GRAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL	23
<i>José Manuel da Costa Arsénio</i>	
A ORDEM EUROPEIA — UM PONTO DE REFLEXÃO	35
<i>J. Baptista Comprido</i>	
EUROPEAN SECURITY IN A CHANGING ENVIRONMENT ...	43
<i>W. F. Van Eekelen</i>	
ALTERAÇÕES QUE ESTÃO MARCANDO AS SOCIEDADES — A IMPORTÂNCIA DE UMA NOVA DINÂMICA NO ENSINO ...	53
<i>Cristina Borges Madeira</i>	
AUTONOMOUS DIRECTION IN SCIENCE AND TECHNO- LOGY	63
<i>Sérgio C. Trindade</i>	
O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E OUTRAS QUESTÕES ...	77
<i>Nuno António Bravo Mira Vaz</i>	
A DEFESA NO MUNDO	97

EDITORIAL

EDITORIAL

1. *Na conjuntura internacional, na qual está em curso um dinâmico processo de mudança e de reestruturação da ordem internacional, cinco regiões devem merecer, de momento, particular atenção, pelos seus potenciais reflexos na defesa nacional:*

- a chamada Europa de Leste;*
- o Médio Oriente;*
- o Norte de África;*
- os Estados Unidos da América;*
- a África Austral.*

Nas quatro primeiras, que abordaremos, vêm-se acumulando fenómenos inquietantes; na última, parece desenharem-se perspectivas desanuviadoras e favoráveis aos interesses nacionais.

2. *Na Europa de Leste, após um período de euforia consequente do desmoronamento da «cortina de ferro» e do acesso a formas mais desenvolvidas de participação democrática, começam a tornar-se evidentes as enormes dificuldades da mudança e da reestruturação política, económica e social. A modernização do tecido económico exige recursos financeiros que escasseiam; não há quadros nem capacidade de iniciativa que permitam estruturar, em termos eficazes, algo de novo que substitua a velha ordem autoritária-paternalista; vão-se desenvolvendo formas de indisciplina social, que dificultam, já não um maior dinamismo económico, mas a mera manutenção dos antigos níveis de produção; germinaram «expectativas crescentes» cuja não satisfação vem gerando um generalizado cepticismo e desencanto, a par do desenvolvimento de processos inflacionistas e*

de situações de desemprego crescente. Conjugam-se, assim, factores potenciadores de graves crises, no seio dos vários países, as quais podem vir a conjugar-se com outras decorrentes de eventuais tensões entre Estados da área, em consequência da emergência e renascimento de sentimentos nacionalistas. A situação pode ainda vir a intensificar o desenvolvimento, já hoje evidente, de correntes migratórias para Oeste que, por seu turno, podem exacerbar, em especial na Europa Central, sentimentos «chauvinistas» e xenófobos. Por razões de oportunidade e de lógica de mercado, bem como tendo em vista travar ou amortecer o quadro negativo acabado de referir, verificar-se-á, certamente, uma acentuada canalização de recursos de Oeste para Leste, o que originará, inevitavelmente, uma deslocação para Leste do «centro de gravidade» da Europa.

3. A problemática do Médio-Oriente tem sido, por razões evidentes, exaustivamente abordada nos últimos tempos. Nela se conjugam quatro grandes ingredientes que tendem a originar uma «mistura explosiva», propiciadora dum conflito com repercussões mundiais: elevado e sofisticado potencial militar, incluindo o risco de emprego de armas de destruição em massa; uma arma económica, como o petróleo, de efeitos à escala mundial; um radicalismo e messianismo político-religioso, com fortes cambiantes étnicas ou raciais; a pressão demográfica, associada a fortes assimetrias sociais. A situação na região pode ainda ter um efeito catalizador, de instabilidade, em todo o Norte de África, devendo naturalmente merecer especial atenção o vizinho NW africano; dinamizar e alargar a área de influência de movimentos violentos, fanáticos, alimentadores do terrorismo internacional; e ter efeitos de arrastamento, para Portugal, consequentes dos interesses dos EUA, cuja capacidade de intervenção na área depende, em grande parte, de posições portuguesas.

4. O Norte de África tem-se mantido aparentemente estabilizado. Todavia, qualquer que seja a evolução da actual crise no Golfo, esta terá profundos reflexos em toda a região em

apreço, os quais tendem a ser no sentido de movimentarem largas massas humanas e gerarem a instabilidade. Portugal pode vir, assim, a ficar próximo duma «linha da frente» o que, no mínimo, implicaria uma mais exigente capacidade de controlo dos espaços terrestre, marítimo e aéreo. Por outro lado, como já foi salientado em anterior editorial, há o risco de desenvolvimento de correntes migratórias maciças, susceptíveis de gerarem fenómenos graves de natureza económico-social, também favoráveis a manifestações xenófobas e racistas.

5. Os EUA debatem-se com uma crise económica, cuja dimensão e profundidade é exemplificada pela recente tensão entre a Presidência e o Congresso. Essa crise tende a agravar-se com os encargos decorrentes do esforço americano no Golfo e do aumento do preço do petróleo, podendo a situação vir a tornar-se insustentável. Uma crise acentuada e prolongada da economia americana terá evidentes consequências negativas à escala mundial. Todavia, pode acontecer que a crise do Golfo, com o aumento do preço do petróleo, sirva para travar economias concorrentes da americana, como são a japonesa e a alemã, e que, como parece acontecer, os americanos consigam dos seus aliados, em especial árabes, o financiamento, em grande parte, do seu esforço militar no Golfo, mesmo que este evolua para uma guerra aberta e violenta. Neste caso, a crise do Golfo e as suas sequelas poderiam ser, a prazo, regeneradoras duma posição americana predominante à escala mundial, mesmo no domínio económico.

6. A Europa Ocidental pode vir, assim, a encontrar-se cercada por uma área de instabilidade, o que aponta para uma particular acuidade da problemática da defesa nacional. O acastelar de núvens em torno da Europa desenvolvida não favorecerá atitudes de generosidade, mesmo no domínio da cedência de equipamentos militares. Poderão ser ilusórios alguns conceitos que germinaram relativamente a «dividendos da paz». Parece

prudente que qualquer estratégia nacional assente, essencialmente, em possibilidades nacionais. Tal tem particulares reflexos no domínio da estratégia genética. E nesta convirá não esquecer, em primeiro lugar, que os meios a obter devem ser adequados aos objectivos a alcançar ou ameaças a enfrentar e, em segundo lugar, que além dos custos de investimento, há que ter em atenção os custos de operação e de manutenção dos sistemas.

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL
NO CDN/90

Fernando Nogueira

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA NACIONAL NO CDN/90

Senhores Auditores do Curso de Defesa Nacional,
Minhas Senhoras e meus Senhores:

É com gratificante satisfação que me encontro aqui, hoje, nesta cidade do Porto, perante o Curso de Defesa Nacional de 1990, para convosco reflectir um pouco sobre Defesa Nacional e para mais tarde presidir à sessão de encerramento do vosso curso.

Tive o cuidado de referir que vinha reflectir, aqui, convosco, sobre Defesa; e duma reflexão se trata realmente porquanto os tempos que correm trazem mais dúvidas que certezas e só um esforço nacional de inteligente e avisada convergência pode proporcionar as respostas adequadas para a satisfação dos mais profundos e legítimos interesses nacionais.

Estou certo que disso mesmo os auditores se deram conta, através das diversificadas experiências e leituras de que cada conferencista foi portador, e através do contributo pessoal que cada um de vós trouxe para um trabalho colectivo.

E este foi concerteza um dos vectores mais enriquecedores deste curso: a variedade dos pontos de vista, a sua discussão aberta e a busca permanente da aglutinação, num todo coerente, da riqueza individual de cada um.

O tema que hoje vos propomos para reflexão e discussão, «A evolução da política de Defesa Nacional e a importância dos Cursos de Defesa», pode, quanto a nós, ser mesmo considerado como o corolário final deste curso, mas nunca a porta que se fecha, pois todos esperamos que as sementes aqui lançadas continuem o seu processo de germinação e na vossa vida futura, nas diversas áreas de actividade, dêem os frutos plenos em proveito da Nação que nos orgulhamos de ser.

Julgo que nos tempos conturbados que o mundo vive e perante o autêntico movimento telúrico que está a desenrolar-se perante os nossos

olhos, só uma atitude de fria e racional análise pode servir os nossos interesses. Na verdade, por muito profundas que sejam, como são, as alterações a que assistimos hoje, por muito que estejam em mutação as coordenadas enquadradoras dos equilíbrios estratégicos mundiais, nós, portugueses, temos o privilégio de ter uma inabalável certeza, a de que somos realmente uma Nação.

Personificamos um território, um povo, uma língua e uma memória colectiva preenchida de razões, vivências e sentimentos que nos dão a segurança, para muitos inatingível, de sabermos quem somos.

Por isso se exige à geração presente que seja capaz, não apenas de preservar o que herdou, mas ainda que saiba valorizar o legado que nos está confiado. Se não houver precipitações, se se souber utilizar com flexibilidade os activos de que desfrutamos, se se fizer uso com parcimónia do proverbial engenho e criatividade portugueses, então atrever-me-ia a afirmar que os ventos da história correm a nosso favor.

Senhores Auditores.

Vivemos hoje, realmente, um momento único da história da Humanidade.

Quem poderia supor, há bem pouco tempo, há cerca de um ano, as profundas e pacíficas transformações políticas e sociais que iriam ter lugar a um ritmo tão vertiginoso quanto surpreendente?

Em 1989 a história parece ter explodido. Os países do Pacto de Varsóvia ensaiaram formas de governo com contornos democráticos de cariz ocidental. A União Soviética não interferiu no processo de libertação dos seus aliados. As duas Alemanhas celebraram juntas o último Natal, e não se separaram mais. Numa palavra: o Ocidente ganhou a «guerra fria».

A OTAN, de que somos membros fundadores, é uma Aliança com sucesso.

Algumas destas importantíssimas transformações são ainda projecto e esperança, mas muitas delas são já uma realidade efectiva e outras encontram-se em vias de concretização, seguindo um processo evolutivo que pode ser, já sem optimismo desmedido, considerado irreversível tal como a democratização já iniciada da maioria destes países vai ser con-

certeza uma realidade, pesem embora os possíveis e prováveis saltos e sobressaltos de percurso.

O estágio primário de desenvolvimento económico e tecnológico a que estes países foram sujeitos durante longo período pelos regimes ditatoriais marxistas-leninistas impõe agora um longo esforço de recuperação, uma reforçada caminhada ao encontro da Liberdade, do respeito pelos direitos humanos, da democracia plena e das regras duma economia de mercado.

É justo enaltecer, entretanto, o papel que a OTAN desenvolveu durante os longos e árduos anos da «guerra fria».

Com efeito, esta organização cumpriu o objectivo que presidiu à sua constituição, salvaguardando a paz por um período que, na história da Europa, é exemplo ímpar.

Desaparecido o «inimigo», não desapareceram, porém, as ameaças. É verdade que as profundas mudanças políticas operadas a Leste parecem irreversíveis e favorecem não só o desanuviamento mas até um horizonte pacífico e próspero de grande complementaridade política, social, económica e cultural dos sistemas até agora rivais.

No entanto, os acontecimentos têm sido tão imprevisíveis e em ritmo tão acelerado que não merece contestação a ideia da continuidade da Aliança como garante de hoje, e no futuro, da indispensável estabilidade político-social de toda a Europa, do Atlântico aos Urais.

Ressalta desta conjuntura que, para já e no futuro, a Aliança tenderá a assumir uma nova postura, valorizando o seu papel político para além da sua componente militar.

De facto, a distensão na Europa não deve fazer esquecer, nomeadamente, que o comprometimento ideológico ainda rivaliza, e de um modo sangrento, em alguns conflitos de baixa intensidade, na África, Ásia, e América Latina.

A par disso subsistem ainda alguns outros riscos, nalguns casos bem sérios, de degradação de tensões históricas ainda latentes, e de outras resultantes do próprio processo de abertura pela eclosão de alguns conflitos regionais ou pelo recrudescimento de intolerâncias políticas ou religiosas capazes de degenerar em situações de instabilidade, de carácter regional, mais ou menos ampliadas.

Como quer que seja, e apesar disso, também na África Austral e Central, com particular relevo para os países de expressão oficial portuguesa, tal como em alguns países da América Central e do Sul e do Pacífico, se projectam já transformações políticas e sociais muito importantes, numa via mais ou menos pacífica para a Democracia, o Desenvolvimento e a Justiça Social.

Portugal, país multi-secular, profundamente humanista e de feição ecuménica, tem por certo um papel importante a desempenhar na consolidação desta via para a paz e progresso mundiais.

Portugal, como sabem, tem vindo ultimamente, e sob os auspícios do actual Governo, a desempenhar um papel decisivo no entendimento e negociações de paz entre o Governo de Angola e a Unita, por ter sido escolhido como interlocutor privilegiado pelos intervenientes nesse processo de paz. Não porque se pretendam retirar daí dividendos políticos ou benefícios materiais ilegítimos, mas apenas porque numa base de respeito pela soberania e independência desses países, a quem nos ligam indissolúveis laços de amizade e raízes profundas, e porque, contribuindo de forma sincera para que a paz seja uma realidade no mais curto prazo, estamos também a colaborar na criação das condições para o Desenvolvimento daqueles Estados.

As populações desses países, a quem nos prendem laços culturais, históricos e até de consanguinidade, flageladas por um tão longo período de guerra, merecem todo o nosso empenho e esforço.

Este particular modo de ser que é o nosso; esta capacidade de entender os outros e com eles conviver; esta natural aptidão para a comunhão com outros povos, são inegavelmente um património que sai valorizado num contexto mundial em que a liberdade e os direitos do homem se assumem como valores prevaletentes da humanidade.

É por isso que atrás afirmamos que o momento histórico nos é favorável. É que, dadas as nossas particulares especificidades e a nossa presença peregrina no mundo, a evolução que se desenha de uma sociedade bipolar para uma sociedade multipolar potencia a nossa capacidade de intervenção e influência em múltiplas partes do Globo.

Pese, embora, a pequena extensão geográfica e o reduzido potencial demográfico, Portugal, para além de ser hoje Estado membro da Comunidade Económica Europeia, com a qual é inteiramente solidário, dispõe

de valores culturais que, pelo seu passado rico e pela sua experiência de diálogo e de contacto com outras civilizações e culturas, ampliam, de forma indesmentível, a sua projecção e poder externos.

Com alcance evidente no espaço africano, subsariano e negro, para além da sua riqueza e tradição de diálogo com a América Latina e em particular o Brasil, o património mundial português, se maneado adequadamente na ordem externa, acrescentará valores evidentes à nossa capacidade.

Em particular o espaço da língua e cultura portuguesas constitui um outro instrumento poderoso da nossa afirmação externa.

De igual relevância é a existência das comunidades portuguesas que, extravasando largamente a área geográfica dos países de língua portuguesa, se implantam nos espaços anglo-saxónico, francófono, hispânico e oriental, onde hoje assumem um papel crescente na vida interna dos países de acolhimento.

Finalmente, Portugal detém um vasto espaço marítimo e aéreo que, embora se situe numa posição geográfica de quase nula conflitualidade, determina que os seus interesses como Nação sejam, de facto, solidários com os da grande comunidade ocidental.

Não merecendo já especial interesse caracterizar este «espaço geográfico», por demais feito, importa, sim, valorizar a função de «ligação» portuguesa, situada no ponto de confluência das componentes europeia e americana da própria Aliança Atlântica.

Todo este potencial, porém, não dispensa uma permanente atenção sobre a problemática da política de defesa nacional, cuja existência, ao longo dos tempos, foi não apenas garante da identidade e afirmação de Portugal como Nação soberana e livre, mas ainda factor determinante no granjear de tais elementos constitutivos da posição sólida no contexto entre as nações de que hoje desfrutamos.

Dá que a evolução da situação internacional nos deva fazer repensar, e se necessário reformular os nossos conceitos estratégicos de defesa e militar.

E com esta reformulação estratégica surge naturalmente também uma necessidade de reestruturação, redimensionamento e reequipamento das nossas Forças Armadas face às suas novas missões.

Obviamente que estas reformas exigem estudos muito cuidados e amplos debates, ambos já iniciados, quer a nível de um amplo debate público, quer a nível dos Ramos das Forças Armadas, quer pela criação do Grupo de Reflexão Estratégica, já constituído e em funcionamento, que inclui prestigiadas individualidades e peritos qualificados dos mais variados quadrantes e correntes de pensamento.

Mas essas reformas exigem também uma capacidade particular a políticos, militares e cidadãos em geral para entender que tão contrário aos interesses do País seria cair, tanto na tentação de resistir estultamente às mudanças indispensáveis à reconfiguração das Forças Armadas portuguesas, como na de subalternizar irresponsavelmente o seu papel ou nada fazer para reforçar o seu prestígio.

Nas sociedades modernas a qualidade vale mais do que a quantidade, a capacidade de adaptação é essencial ao acompanhamento do progresso e dos novos ritmos.

Ninguém pode sustentar por muito tempo o fluir normal da história e as reformas que se impõem; o exemplo do Leste é bem expressão disso mesmo.

Impõe-se, como um dado do destino, a reorganização estrutural e funcional das Forças Armadas e a alternativa a um processo co-participado por todos, feito sem traumas nem custos excessivos; será o seu desencadear tardio, imposto mais do que auto-assumido, que acabará por penalizar tanto os que se lhe opõem de forma obstinada como aqueles que lucidamente a desejam.

Há, porém, indícios positivos e animadores. Sinto que os principais responsáveis estão a desenvolver um esforço sério de mudança e que estão criadas as condições para o desenvolvimento de um processo coerente e sistemático, do qual resultará a melhoria da eficácia e o encontro de soluções prestigiantes para as Forças Armadas e, sobretudo, que é o que mais importa, consentâneas com os verdadeiros interesses do País.

Claro que a modernização de um sistema de forças implica dispêndios cuja realização todos entendem se afigura como problemática face a prioridades sociais e económicas que não podem ser ignoradas; mas há por onde fazer poupanças e todos estarão conscientes disso, assim como pensamos que poderá ser disponibilizada uma significativa parcela do impor-

tante património militar que deverá reverter para a aquisição de novos e sofisticados meios de equipamento.

Que não restem dúvidas: o Governo está empenhado e deseja umas Forças Armadas modernas, eficientes, bem equipadas, prestigiadas e com a dimensão adequada, de acordo com os recursos do País.

Por outro lado, e muito embora as Forças Armadas constituam o instrumento privilegiado e insubstituível da componente militar da Defesa Nacional, hoje é um dado assente que a defesa de qualquer povo não se esgota aí, antes passa por uma apurada consciência nacional e por vectores de natureza diversificada e interdisciplinar.

Passa, desde logo, pela existência de uma larga e consistente percepção dos objectivos nacionais permanentes que enunciariámos do seguinte modo e de forma naturalmente não exaustiva:

- Assegurar a integridade do Território Nacional e garantir a independência nacional;
- Reforçar a identidade cultural do povo português;
- Assegurar o desenvolvimento económico, a justiça social e a elevação dos níveis de bem-estar das populações;
- Estreitar e desenvolver relações entre as comunidades portuguesas e de cultura portuguesa espalhadas pelo mundo;
- Contribuir e participar activamente no estabelecimento do sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional mais pacífica;
- Empenhar-se no reforço da identidade europeia sem comprometer a identidade nacional;
- Garantir e desenvolver laços especiais de solidariedade e cooperação com os povos de língua portuguesa.

Destes objectivos nacionais permanentes fácil é deduzir os objectivos de Defesa Nacional, que cito:

- Preservar a identidade e a coesão do povo português, fomentando o conhecimento e o respeito pelo património histórico-cultural («só se defende aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece»);
- Desenvolver o nível cultural do povo português e assegurar o respeito pelos valores permanentes da sua cultura;

- Reforçar a coesão cultural, económica e social entre as populações das diferentes regiões do território;
- Definir um quadro de relações de defesa que assegure, no nosso espaço regional e no novo contexto internacional, a salvaguarda dos nossos interesses permanentes;
- Potenciar as condições de efectivo desenvolvimento científico e tecnológico;
- Garantir uma capacidade própria de defesa militar, adequando o sistema de forças às potencialidades e vulnerabilidades do Território Nacional, à natureza das ameaças mais prováveis e aos recursos disponíveis;
- Dignificar, motivar e tornar eficazes as forças militares e de segurança;
- Participar activamente no desenvolvimento do novo quadro em que se situará a **Aliança Atlântica**.

Em síntese, ponderados os elementos geográfico, económico e militar, e reflectindo sobre os elementos condicionantes do factor anímico, pode concluir-se que o reforço do nosso Potencial Estratégico passa necessariamente pelo desenvolvimento económico e sócio-cultural do País, mas também, e não menos importante:

- Pelo reforço substancial da cultura geral e cívica do povo português, forma de aumentar, em termos reais, a sua determinação e vontade de defesa, através de uma natural tomada de consciência dos valores nacionais, dos nossos interesses e dos riscos que corremos;
- Pelo reforço da componente atlântica, nomeadamente através de relações privilegiadas com os países de expressão portuguesa.

Crê-se que esta consciência e determinação levarão o povo português a exteriorizar uma vontade forte de defender a sua identidade nacional e a rever-se, com orgulho, nas suas Forças Armadas.

Em consciência sinto que posso afirmar que na situação que o País hoje vive os objectivos acabados de denunciar, ou estão já em plena realização, ou está perfeitamente ao nosso alcance realizá-los.

Importa, contudo, que jamais possamos incorrer no erro, que para alguns está espantosamente mais próximo do que se possa imaginar, de

alguma vez esquecermos que não devemos reagir ao primeiro estímulo, que os Estados devem ser cautelosos, que o destino dos povos não pode estar sujeito aos caprichos da volubilidade da moda ou ir a reboque da primeira ideia interessante que surja em qualquer esquina do percurso histórico.

Senhores Auditores.

No mundo contemporâneo a soberania dos povos defende-se, não apenas através das armas, mas antes, e sobretudo, através de uma luta quotidiana em que os instrumentos de defesa são a consciência nacional, a preservação dos valores culturais e ambientais, o desenvolvimento e o progresso, a criação de condições de bem-estar e qualidade de vida, os avanços tecnológicos e científicos e a capacidade de gerar riqueza.

O Instituto da Defesa Nacional, instituição altamente prestigiada, tem sabido fazer jus ao que acabo de afirmar e tem sabido igualmente protagonizar, com o sentido descrito, a importante missão do debate alargado das questões de defesa. Assim, vem desenvolvendo, há já alguns anos a esta parte, um assinalável esforço na formulação duma doutrina e de conceitos de defesa e segurança, bem como tem promovido a formação em assuntos de defesa de muitos e muitos qualificados cidadãos portugueses.

É sem dúvida notável a participação que todos, assessores e auditores, têm devotado ao tema da defesa nacional, como não menos importante é a diversidade de experiências que cada um traz da sua área profissional para este «forum» tão relevante que é o Instituto da Defesa Nacional.

Estamos certos que, após este curso, ao regressarem aos vossos ministérios, às vossas universidades, às vossas empresas, ireis enriquecidos pela vasta troca de experiências, de conhecimento, de estilos e de formas de pensamento que aqui, ao longo de todo este ano, teve lugar; e, mais ainda, que com o encerramento deste curso não se fecha a porta das vossas preocupações, justos anseios e desejo ávido dum melhor conhecimento dos problemas de defesa.

A Defesa e Segurança nacionais ficam assim, a partir de hoje, nitidamente beneficiadas pela vossa participação futura na vida pública, numa perspectiva sempre pluri e interdisciplinar da Defesa Nacional, bem como

pelos laços de relação e amizade aqui gerados e que irão certamente no futuro ser explorados e aproveitados em proveito próprio certamente, mas também, e sobretudo, em proveito nacional.

Estou certo que para vós o tempo despendido com a frequência do vosso curso foi tempo ganho. Saem, pois, daqui mais identificados com os grandes desígnios nacionais e mais conscientemente portugueses, se tal é possível.

Porto, 22 de Junho 1990

Fernando Nogueira
Ministro da Defesa Nacional

**A COOPERAÇÃO POLÍTICA EUROPEIA:
PROCESSO DE INTEGRAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL**

José Manuel da Costa Arsénio

A COOPERAÇÃO POLÍTICA EUROPEIA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL

SUMÁRIO

1. *RESENHA HISTÓRICA*
2. *OBJECTIVOS E DISPOSIÇÕES*
3. *ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO*
4. *EXCURSO CONCLUSIVO*

1. *RESENHA HISTÓRICA*

O concebimento de uma política externa europeia global remonta aos primórdios do pós-guerra, como aspiração espontaneamente intuída e conscientemente assumida pelos países do Ocidente europeu, visando, por um lado, prevenir a eventualidade de uma renovada agressão alemã e, por outro, conter a hegemonia emergente do colosso soviético. Tal foi o espírito germinativo do Tratado de Bruxelas, assinado em 17 de Março de 1948, pela França, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido, o qual veio a ser complementado pela criação da OTAN, em 4 de Abril de 1949, que, assim, veio conferir uma dimensão atlântica ao esforço de autodefesa colectiva, iniciado em Bruxelas.

Em 14 de Setembro de 1951, através da Declaração de Washington, os Estados Unidos, a França e o Reino Unido acordam no estabelecimento de uma via de inclusão da República Federal da Alemanha numa associação europeia de nações, como processo integrante de uma Comunidade Atlântica em progressivo desenvolvimento. A via preconizada foi a Comunidade de Defesa Europeia, cujo Tratado, assinado em 27 de Maio de 1952, estabelecia as regras e mecanismos adequados para a coordenação da política externa dos seus países-membros (Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e República Federal da Alemanha), os mesmos

que, já em Abril de 1951, haviam constituído a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

Contudo, face à falência prematura da Comunidade de Defesa Europeia, em virtude da não ratificação do correspondente Tratado por parte da França, em Agosto de 1954, o projecto político europeu foi retomado pelos países signatários do Tratado de Bruxelas, que, com base numa cuidada revisão daquele documento, fundaram a União Europeia Ocidental — organismo que, todavia, se revelou impotente para fazer frutificar a ideia de uma Confederação Europeia, já planeada pelo Plano Sshuman de 1950, para cuja consecução a Comunidade de Defesa Europeia deveria constituir a etapa decisiva.

Entretanto, o âmbito da cooperação europeia ocidental não cessou de alargar-se e, em 25 de Março de 1957, os seis países comunitários originários assinaram os Tratados de Roma, estabelecendo a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) como organizações irmãs da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço — uma tríade hoje globalmente designada por «Comunidade Europeia».

Porém, deve-se ao General De Gaulle o impulso conducente a uma cooperação política abrangente, visto que, na óptica daquele eminente estadista, uma aliança europeia só era concebível se assente numa cooperação de chefes de governo e seus ministros primaciais.

A primeira Conferência dos Seis, a nível de Chefes de Estado ou de Governo e de Ministros dos Negócios Estrangeiros, teve lugar em Paris, por iniciativa da França, em Fevereiro de 1961, nela tendo sido definidos os objectivos de uma mais estreita cooperação política, como base para a paulatina gestação de uma união entre os Estados Comunitários.

Nos primeiros doze meses de conversações não foi possível uma plataforma consensual relativamente à composição do proposto «Comité Político» ou Comissão, ao estatuto do seu «Secretariado» e à forma de relacionamento com as instituições comunitárias já existentes. Além disso, foi também manifesta a falta de concordância sobre a estrutura da «união política» em perspectiva, sobre a admissão do Reino Unido e outros países impetrantes na Comunidade Europeia, sobre a inclusão de questões de defesa e sobre a associação futura com a OTAN e os Estados Unidos.

Durante muitos anos, a procura de uma maior unidade política transcorreu ao longo de debates em torno dos métodos e objectivos de cooperação, entre os que advogavam uma Europa supranacional e os partidários de uma Europa de Estados-nações, entre «gaullistas» e «comunitários», «europeístas» e «atlanticistas».

Finalmente, em Dezembro de 1969, na reunião da Haia, os «leaders» dos Seis lograram tornear tais tradicionais conflitos e instruíram os Ministros dos Negócios Estrangeiros para estudarem a melhor forma de progressão, em termos de unificação política, no contexto do alargamento da Comunidade Europeia.

No chamado «Reino do Luxemburgo», de 27 de Outubro de 1970, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis propugnaram uma concentração de esforços especificamente sobre a coordenação das políticas externas, numa clara intenção de demonstrar à evidência uma inequívoca missão política da Europa no mundo, e propuseram o iniciar de um processo de «Cooperação Política Europeia» (CPE).

A evolução da CPE, ao longo da sua primeira década de existência, perpassou três períodos distintos, caracterizados por crises internacionais e ameaças externas.

De 1970 a 1973 foram estabelecidas as regras base de procedimento, num clima de difícil conclusão consensual e de mais marcante preocupação com questões institucionais do que com assuntos substanciais, de que constitui exemplo elequente a vacuidade de «Documento de Copenhaga sobre a Identidade Europeia», de Dezembro de 1973.

Após uma fase de notório progresso no plano da cooperação, em 1974 a complexa trama de reuniões e consultas, de que se revestiu o período de 1975 a 1979, apenas produziu resultados modestos no concernente a tomadas de posição e acção conjuntas.

As sucessivas crises do Paquistão, Irão e Polónia, que eclodiram entre o Inverno de 1979 e o Verão de 1980, deram azo a um recrudescimento processual, seguido de uma consciente petição de reforço funcional colectivo.

Durante o primeiro dos supracitados períodos, bem como na formulação inicial do processo, o Governo francês foi o mais veemente apoiante da cooperação política e a mais frequente fonte de iniciativas. No segundo e terceiro períodos, tal desempenho coube aos Governos britânico, ale-

mão e italiano, com os países menores numa atitude de ambivalência, quedando-se a França numa postura de crescente cepticismo.

No dealbar da década de 80 era nítida a sensação de que a capacidade consultiva entre os países-membros da Comunidade Europeia não estava a ser levada a cabo no quadro das instituições existentes e em conformidade com as normas de procedimento. Em tal linha de intuição inseria-se Lord Carrington — ao tempo Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico — que, em 1980, sustentou que as nações da Comunidade Europeia deveriam envidar mais denodados esforços em defesa dos objectivos comuns da Europa, e propôs que a CPE fosse assistida por um elenco de especialistas em política externa a fim de poder ser dado maior apoio e continuidade ao processo. Idênticas motivações serviram de estímulo à chamada iniciativa Genscher-Colombo. O primeiro, num discurso proferido em Estugarda, em Janeiro de 1981, defendeu o revigoramento da CPE mediante a inclusão, na sua agenda, de questões de segurança de parceria com as de cariz diplomático, político e económico. A proposta de Genscher veio a adquirir substância formal, em Novembro de 1981, quando, numa iniciativa conjunta italo-germânica, ele e Emílio Colombo, apresentaram à consideração dos outros Estados-membros da Comunidade Europeia um projecto de «Acto Europeu».

O projecto sugeria a procura de uma política externa comum, estribada em acções e posições uníssonas, visando conferir à Europa o papel internacional a que faz inteiro jus, por força da sua importância económica e política; a coordenação da política de segurança a nível comunitário, como meio de salvaguardar a independência da Europa e proteger os seus interesses vitais; e a fusão dos processos deliberativos da CPE com as estruturas institucionais da Comunidade Europeia.

O aspecto mais controverso do projecto Genscher-Colombo era, incontestavelmente, aquele que preconizava uma maior proeminência, por parte da CPE, na coordenação da política de segurança europeia. Porém, os países-membros mostraram-se reticentes quanto a um reconhecimento formal do papel da CPE no domínio da política de segurança.

No chamado Relatório de Londres, de Novembro de 1981, os países comunitários esboçaram uma certa aproximação a tal reconhecimento ao aceitarem, oficialmente, a necessidade de os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos então Dez discutirem «aspectos políticos de segurança».

A relutância dos Estados-membros da Comunidade Europeia em incluir questões de segurança na agenda da CPE deveu-se, sobretudo, à preocupação de evitar a penetração numa área de competência da OTAN. E foi em obediência a esta escrupulosidade que os Dez, em vez de adoptarem o Acto Europeu concebido por Genscher e Colombo, se decidiram pela emissão da «Declaração Solene sobre a União Europeia», em Estugarda, em Junho de 1983, na qual veio excluída a aprovação do envolvimento da CPE em assuntos de segurança, conquanto tal intento tenha ficado lavrado, de forma latente, no documento.

O fracasso da iniciativa Genscher-Colombo teve como efeito um certo abatimento da relevância política da CPE e veio dar origem à revitalização da União Europeia Ocidental, que é a única organização europeia mandatada por Tratado para se ocupar de questões de defesa e segurança.

Após uma renovada tentativa falhada — a cargo da França e da República Federal da Alemanha, na cimeira de Milão, em Junho de 1985 — para introduzir consultas políticas obrigatórias sobre aspectos de segurança no âmbito de uma «União Política», a adopção do Acto Único Europeu — assinado em Fevereiro de 1986 e em vigor desde 1 de Julho de 1987 — veio conferir à CPE uma base legal e um estatuto comparável ao da própria Comunidade Europeia, embora mantenha aquela inteiramente separada das estruturas e procedimentos comunitários.

2. OBJECTIVOS E DISPOSIÇÕES

Os fundamentos da CPE estão contidos no Artigo 30 do Acto Único Europeu que passaremos a analisar sucintamente.

A primeira disposição refere, como objectivos da CPE, a formulação e implementação conjuntas de uma política externa europeia, noção que, pela primeira vez, vem formalmente reconhecida num documento oficial europeu.

Na segunda disposição é propugnado um sistema de informação e consulta recíprocas sobre quaisquer temas de política externa de interesse geral, de forma a assegurar que uma influência comum seja efectivamente exercida através de coordenação, convergência de posições e desencadeamento de acções conjuntas.

A cláusula terceira inclui os principais aspectos do funcionamento da CPE, nomeadamente a associação plena da Comissão da Comunidade Europeia com os procedimentos de cooperação política e o empenho, por parte dos países-membros em se absterem de impedir a obtenção de consenso e a consequente acção colectiva, determinação esta que se tem revelado exequível, no tocante a certas questões candentes, como as medidas adoptadas pelos Doze relativamente à África do Sul à guisa de acção contributiva para o desmantelamento do «apartheid», e a posição assumida para com a Argentina no caso das Falkland.

A quinta estipulação consagra os importantes princípios de coerência entre a política externa comunitária e a da CPE, condição imprescindível para a credibilidade da Comunidade Europeia, no âmbito dos Negócios Estrangeiros, à escala universal.

A sexta disposição concentra-se sobre matéria de segurança, ao referir que uma mais estreita cooperação nesse campo contribuirá decisivamente para o desenvolvimento de uma identidade europeia em assuntos de política externa, como corolário de uma disponibilidade dos Doze para coordenarem mais intimamente as suas posições relativamente aos aspectos político e económico da segurança. E ainda salientando o facto de nada dever obstar a uma cooperação de segurança entre os países signatários do Acto Único, no âmbito da Aliança Atlântica ou da União Europeia Ocidental, o que constitui um reconhecimento expreso das alianças que vinculam a maior parte dos países comunitários.

As disposições 7, 8 e 9 ocupam-se da conduta que deverá ser observada pelos Doze em instituições e «fora» internacionais, bem como nas relações com países terceiros ou grupos regionais.

No décimo ponto do Artigo 30 são descritos os principais corpos da CPE (Presidência, Comité Político, Correspondentes Europeus, Grupos de Trabalho).

A disposição 11 ocupa-se dos privilégios e imunidades que assistem aos membros do Secretariado da CPE, sediado em Bruxelas.

E, por fim, a 12.^a cláusula estabelece um período de cinco anos para a vigência do conjunto de disposições em apreço.

3. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Sendo um processo de informação, consulta e acção comum, em termos de política externa, entre os doze Estados-membros da Comunidade Europeia, a CPE não é um organismo fisicamente estruturado, mas sim, conforme já referido, um conjunto de corpos funcionais que estabelecem uma relação vital com as principais instituições da Comunidade Europeia.

Neste contexto, um elo deveras forte constitui o facto de a Presidência da CPE ser detida pelo país que assegura a Presidência da CEE (que muda de seis em seis meses).

A Presidência tem a responsabilidade de iniciar a acção, coordenação e representação dos Estados-membros nas suas relações com países terceiros e junto de instâncias internacionais, e cumpre-lhe ainda gerir a actividade dos corpos principais da CPE, assim como representar os Doze nas relações com o Parlamento Europeu, perante o qual o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Presidência discursa, no início e no fim do seu mandato.

A Presidência representa também a Comunidade Europeia junto da Assembleia-Geral das Nações Unidas, onde o Ministro dos Negócios Estrangeiros em exercício profere um discurso anual.

Frequentemente, em diligências diplomáticas específicas que concitam a atenção dos Doze (ex: terrorismo e direitos humanos), a Presidência recorre à chamada «troika» — que envolve a Presidência em exercício, a anterior e a sucedânea, além da Comissão —, a fim de conferir mais peso à abordagem conjunta.

Desde os princípios de 1987, a Presidência passou a ser assistida por um pequeno Secretariado, instalado em Bruxelas, que é constituído por um chefe, nomeado pelos Ministros; cinco funcionários, secundados pelos Ministérios dos negócios Estrangeiros, em sistema rotativo; e uma equipa de apoio.

Importa referir que os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze, a Comissão e o Secretariado da CPE estão ligados por um telex confidencial («Coreu») que, a qualquer momento, possibilita o estabelecimento de comunicações céleres e seguras, assim proporcionando aos Estados-membros uma troca de impressões e informações, bem como eventuais tomadas de decisão sobre as acções a empreender, particularmente em situações de urgência, assim se evitando a efectuação de reuniões especiais.

O principal corpo intergovernamental adstrito ao processo é o Conselho Europeu, que reúne uma vez por Presidência — a nível de Chefes de Estado e de Governo, em conjunção com os respectivos Ministros dos Negócios Estrangeiros e o Presidente e um dos Vice-Presidentes da Comissão —, a fim de debater assuntos tanto comunitários como da CPE.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e um membro da Comissão efectuam, no âmbito da CPE, pelo menos duas reuniões por Presidência, para além de promoverem um fim-de-semana informal. Por ocasião das reuniões do Conselho da Comunidade Europeia, aos Ministros dos Negócios Estrangeiros é também dada a possibilidade de discutirem assuntos específicos da CPE, o que não deixa de se revestir de considerável importância derivada do facto de, no quadro da Comunidade Europeia, o Conselho ser o mais saliente dos órgãos institucionais intergovernamentais.

O Comité Político, constituído pelos Directores Políticos (ou Adjuntos) dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, assegura o tratamento dos assuntos correntes da CPE e prepara os debates dos Ministros. As suas reuniões regulares (mensais) e de emergência (em caso de necessidade) permitem a manutenção de um permanente processo de discussão e o desenvolvimento de posições europeias comuns.

O Grupo de Correspondentes Europeus, que reúne paralelamente com o Comité Político, é constituído por funcionários de cada um dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros dos Doze, os quais mantêm um contacto permanente com a CPE e são responsáveis — sob a supervisão do Comité Político — por dirigirem a implementação da CPE e por estudarem problemas de organização geral.

Os Grupos de Trabalho, num total de 15 a 20, reúnem regularmente a nível de peritos, duas ou três vezes por Presidência, e debatem questões específicas, em conformidade com as directivas do Comité Político.

Finalmente, merece igualmente menção a circunstância de a CPE também abranger a cooperação entre os representantes da Comunidade Europeia em países terceiros, nas mais diversas áreas de actividade, desde a saúde e o ensino até à assistência jurídica e consular. Por outro lado, as Missões Diplomáticas dos Doze costumam esclarecer os governos e os órgãos de informação dos países de acolhimento sobre a realidade hodierna da cooperação europeia.

4. EXCURSO CONCLUSIVO

Na fase actual da conjuntura política europeia — em que o fluxo inelutável da unificação alemã, a democratização operada na maior parte dos países de Leste, a consolidação da OTAN como garante da estabilidade euro-americana e a diagnosticada morte clínica do Pacto de Varsóvia, constituem vigoroso somatório de factores predisponentes para a materialização do sonho de uma «União Política Europeia» — a CPE apresenta-se-nos como um conjunto de vectores circunstancialmente divergentes que a não qualificam como fautoriz privilegiada da Confederação Europeia idealizada por Robert Schuman e corroborada por Helmut Kohl e François Mitterand.

Com efeito, regendo-se pelo princípio da unanimidade terminante, a CPE tem encontrado nesse preceito funcional a origem de algumas vacilações e fracassos, já que os governos dos países-membros reservam para si o direito de objecção, sempre que o consenso tende para uma direcção contrária à dos seus interesses nacionais. Os países de maior envergadura — França, República Federal da Alemanha e Reino Unido — chegam a exercer um veto «de facto», se tal se lhes oferecer como recurso necessário para a defesa dos seus pontos de vista, se bem que, por via de regra, denotem uma certa relutância em fazê-lo, quando se dá o caso de sustentarem uma posição isolada.

No entanto, a principal quebra de coesão consensual provém de Estados-membros de menor dimensão (com salvaguarda da posição sempre concordante de Portugal). A Irlanda, que não integra a OTAN e se afirma como país neutral, exerce uma inamovível oposição ao tratamento de temas conotados com a política de segurança. A Dinamarca, com a sua faceta acentuadamente semialinhada, também obstou decisivamente à aprovação do Acto Europeu projectado por Emílio Colombo e Hans-Dietrich Genscher. A Grécia, ainda que professando o seu apoio ao processo da CPE, também tem levantado os seus obstáculos peculiares através da assunção de posições políticas que, frequentemente, são substancialmente divergentes das dos outros Estado-membros. Ante tal evidência factual, a fácil constatação, por ilação espontânea, de uma tão pronunciada dissonância comportamental, ajuda-nos a compreender as razões subjacentes à tardia e inconsequente reacção dos Doze à invasão soviética do Afeganistão.

Tendo visto escapar-se-lhe — com a inviabilização da iniciativa Genscher-Colombo — o grande ensejo de se afirmar como um processo de compleição plena, essencialmente contributivo para uma progressão no sentido da «União Europeia», só as vicissitudes do devir político europeu poderão determinar se a CPE manterá a sua existência colateral ou se acabará por ser metabolicamente assimilada pela estrutura orgânica da Comunidade Europeia.

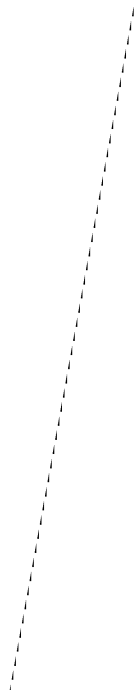
José Manuel da Costa Arsénio

Diplomata

Conselheiro de Estudos no Colégio de Defesa da OTAN

A ORDEM EUROPEIA — UM PONTO DE REFLEXÃO

J. Baptista Comprido



A ORDEM EUROPEIA — UM PONTO DE REFLEXÃO (*)

O processo de transformação do sistema europeu tem sido alucinante. Combina a mudança rápida nas unidades com alterações profundas nas suas relações. As implicações são cruciais para o futuro da Europa.

De repente, a equação bipolar dominante desdobrou-se num sistema de equações multivariáveis de valor mais nivelado. Não admira que as questões sejam muitas e as respostas muitas mais. Abundam a imaginação, o interesse e a paixão nos cálculos e nos cenários.

O tempo corrente é de clara transição internacional. Não pode, por isso, fornecer esquemas recortados e creíveis. Parece, antes, requerer que se procure conhecer a natureza do jogo novo. Sabe-se de onde já se partiu, mas ainda não se sabe onde se vai chegar. Convém, ao menos, controlar a posição.

A política da Europa confunde-se, ainda, com a segurança. A Europa dos anos 90 está a passar pela esteira da guerra que devia ter conduzido à sua reformulação em 1945.

Mas o facto da Europa ter passado quase 50 anos de paz e estabilidade aconselha a reflectir sobre os instrumentos responsáveis pela qualidade, e raridade, daquele facto histórico. Talvez convenha mantê-los e ajustá-los, adequadamente, enquanto não se forjam outros para a era nova.

A lista tem, sem dúvida, à cabeça a Aliança Atlântica e a Comunidade Europeia, protegidas e pacificadas pelo poder nuclear americano.

Foram estes instrumentos que permitiram descongelar a divisão da Europa, libertando a metade Leste e incentivando a sua democratização e, bem assim, levar a União Soviética a admitir a necessidade de promover reformas profundas. Não restam, hoje, dúvidas de que o abandono completo do regime e a sua substituição pela democracia ocidental são condições necessárias para o êxito final da democratização e da reforma.

(*) Texto fornecido para o Seminário «A evolução na Europa e a DN» ocorrido no IDN em 2, 3 e 4 de Maio de 1990.

Mas, é claro, são processos nascentes, demorados, que encerram grande potencial de instabilidade e incerteza.

A ordem europeia pós-guerra foi sendo desenhada *ad-hoc* na prancheta da segurança. O equilíbrio estabeleceu-se entre os poderes de duas alianças.

A Aliança Atlântica tem sabido, até agora, e no essencial, manter-se coesa e solidária perante os desenvolvimentos a Leste e as alterações de poder no seu próprio seio.

O Pacto de Varsóvia está em queda orgânica e em transe disfuncional, não só por esvaziamento de conteúdo como por declínio evidente da União Soviética.

Se conjugarmos estes factos com a reunificação esperada da Alemanha e com o poder militar soviético ainda presente na Europa Central, não deve causar surpresa a situação altamente ambígua e volátil que caracteriza actualmente a Europa.

Dissolvendo-se o Pacto de Varsóvia desaparece a razão, tida pela opinião pública ocidental como única ou principal, da existência da NATO.

O vazio de poder na Europa Central seria preenchido por uma Alemanha unificada, tão poderosa como ainda receada; as garantias de segurança exigidas à Alemanha devem ser-lhe igualmente asseguradas; só um equilíbrio de poderes permite gerir pacificamente as crises implícitas nos processos em curso no Leste e na URSS; a estabilidade de crise só pode ser assegurada por negociações sobre as fases inerentes ao controlo de armamentos; a presença convergente das duas superpotências na Europa tem ainda de ser admitida como um facto útil e os Europeus devem continuar a assegurar a sua audição na gestão nuclear; a reunificação da Alemanha e a plenitude da sua soberania só podem ser alcançadas *de facto*, desejavelmente sem sobressaltos, jogando com a redução e retirada das forças estrangeiras e com o estatuto do território oriental alemão; seria potencialmente tão perigosa a neutralidade da Alemanha como o isolamento duma URSS enfraquecida.

Mal básico

Alguns preconizam que a Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) é capaz de substituir as duas alianças na sua contri-

buição essencial para o tratamento eficaz daquelas questões. Não lhe falta nem o universo ideal de países nem o mandato de espectro largo de funções.

Só que os seus constrangimentos estruturais transformariam a CSCE numa espécie de mini Nações Unidas para a segurança da Europa. Mesmo eventuais alterações nos termos de referência não parece que pudessem evitar impasses no tratamnto da sensibilidade e complexidade inerentes às questões políticas de segurança.

Mas a CSCE continua a ter um papel fundamental como força estabilizadora, quadro de cooperação e sentido de responsabilidade na segurança europeia. Bastará notar o seu papel actual e futuro, ligado às negociações sobre o desarmamento convencional (CFE) e a sua função institucional como alta instância colectiva de legitimização da reunificação da Alemanha.

Outros vêem no aprofundamento da CEE, e seu oportuno alargamento, a organização vocacionada para enquadrar a futura ordem europeia.

A CEE é, sem dúvida, o único êxito europeu capaz de apontar um destino para a Europa. A expansão gradual, a lume brando, da integração funcional europeia é uma das suas características principais, indispensável para cimentar a coesão entre os povos e para lhes criar um sentido de identidade e consciência própria.

Mas a intensificação forçada da comunidade, para reduzir o atraso e acompanhar a aceleração do tempo presente, pode antecipar a ligação entre governos, mas não assegura a ligação entre povos. A aceleração política é sempre feita à custa da amalgamação das lealdades — pressuposto crítico de qualquer comunidade nascente.

Outra noção tendencial da CEE é a concentração de poderes, contrária à natureza histórica autónoma da Europa autêntica. Outra ainda, é a sua densidade burocrática, inconciliável com o processo político e operacional de qualquer sistema de segurança.

Todavia, não é hoje minimamente concebível qualquer construção europeia sem a utilização de produtos disponíveis, embora muito sectoriais, da CEE.

Todos estão de acordo em que a nova ordem europeia deve acrescentar à integração económica a «comunidade de segurança», preconizada por Karl Deutsch. Mas a verdade é que os interesses e as aspirações de todos estão longe de se reconhecerem simultaneamente satisfeitos, mesmo

nos projectos mais abrangentes e abertos que por aí proliferam. Pelo contrário.

Nota-se uma tendência ou indícios adversos de «renacionalismo» ou «regionalismo». E, com eles, vêm os jogos de equilíbrios, alianças e *ententes*, característicos da política do poder internacional.

A fraqueza comum aos projectos de ordem europeia pós-guerra fria parecem derivar dum mesmo mal básico: a ambição histórica europeia de criar um corpo único (económico, político, de segurança) por fusão ou à custa dos sistemas existentes. É um erro.

A mudança, e a grande incerteza que a vai acompanhar por alguns anos ainda, aconselham prudência e humildade no pensamento e acção.

A história é trágica. As grandes arquitecturas internacionais já provaram que é difícil passar-se do rés-do-chão. Para o que demoliram, destruíram, desintegraram ou transfiguraram, temos de convir que é muito pouco alçado.

A lição — que é um desafio — sugere a busca dum equilíbrio apropriado entre as novas iniciativas e os sistemas e políticas existentes.

Só quando a teoria dos jogos, aplicada ao fenómeno internacional, puder descobrir ou prever um pico claro na actual curva, muito achatada, da distribuição de probabilidades, gerada pelo alto grau de incerteza da situação, é que poderão vislumbrar-se os contornos firmes da ordem nova.

Honestidade intelectual

Até lá, parece óbvio que os projectos de construção europeia devem assentar fundamentalmente na solidariedade básica e no fortalecimento adequado da capacidade da Aliança Atlântica e na integração crescente, até onde possível, da Europa.

Só assim o Ocidente será capaz de, paradoxalmente, contribuir para a abertura e flexibilidade democrática da URSS e, também, para acautelar a sua natural afirmação e coerência futura.

A URSS é uma potência europeia, na medida em que tem interesses importantes na Europa. Mas não é fácil contemplar a URSS como condomínio da «casa comum europeia». Todavia, seria insensato vedar-lhe a participação em qualquer esquema geral de segurança para a Europa.

Apesar das retóricas altas, a CEE ainda não foi capaz de resolver a sua crise nata de identidade. Só assim se explica que os seus membros (individual ou colectivamente) não tenham ainda apresentado um projecto ou visão da Europa futura, susceptível de mobilizar as vontades ou atrair as atenções dos Europeus. E a razão parece residir no choque cultural e histórico entre a construção superestrutural de poderes — que alguns desejam encimar e outros fingem aceitar — e a diversidade intrínseca dos povos europeus — que nenhum tenciona abdicar.

O mais, talvez, que, neste momento, se pode adiantar sobre a ordem europeia é que o esforço ajustado e coordenado da Aliança Atlântica e o trabalho aprofundado e alargado da CEE devem ser complementados por um maior dinamismo da CSCE nas dimensões humana, social e cultural.

A CEE cria, verifica e institucionaliza a integração económica como base para a unidade assintótica da Europa. A CSCE forja laços de cooperação, segurança e confiança entre os Europeus, indispensáveis a qualquer comunidade pacífica e estável. A Aliança Atlântica confere coerência a todo este processo, garantindo o seu desenvolvimento pacífico.

As dores por que está a passar a Europa já foram sentidas pelos Europeus de 1815 e de 1918. As de 1945 foram, então, adiadas. Chegam agora. É preciso entender as suas causas diferentes para evitar que degenerem nos mesmos efeitos trágicos do passado. A mudança pacífica é um bem que não deve ser consumido por uma gestão displicente ou precipitada.

A honestidade intelectual parece só ter uma resposta modesta para os movimentos tectónicos produzidos pelas forças das sociedades: prudência e discrição.

Trata-se de regimes totalitários que, pela primeira vez, parecem querer transformar-se pacificamente. E trata-se, também, de regimes democráticos que nunca conseguiram conciliar a lógica da integração — que lhes satisfaz o interesse — e a lógica da diversidade — que lhes preserva a identidade na sociedade internacional.

É um exercício diplomático do mesmo alcance, mas muito mais complexo e denso, do que o do Congresso de Viena, 1815. Então, a derrocada era de Napoleão. Agora, ainda é de Estaline.

A Europa começa a ver cumprir-se, finalmente, Yalta — eleições livres nos países de Leste. O «nevoeiro da paz» parece querer substituir as nuvens

da «guerra fria». Como continente, a Europa ainda não sabe o que fazer com a sua própria autodeterminação.

Parafraseando Aron, a Europa ainda não está em condições de poder construir-se sem ser «caminhando às arrecuas para o futuro».

Compreende-se a perplexidade e a inquietação dos países europeus perante a complexidade e incerteza da futura ordem de segurança europeia.

Mas também se compreende que o tempo deva ser mais de debate do que de acção, sobretudo para aqueles países mais (inter) dependentes e parcos de recursos e situados nas periferias de interface estratégico, como é o caso português.

São as conclusões do debate que devem orientar a influência de Portugal na reformulação da segurança europeia e permitir lançar as bases da política e estratégia de defesa nacional.

J. Baptista Comprido

Assessor do IDN

EUROPEAN SECURITY
IN A CHANGING ENVIRONMENT

W. F. Van Eekelen

EUROPEAN SECURITY IN A CHANGING ENVIRONMENT

In assessing the changes in East-West relations, the first important element is the rapidity of change. Murphy's law no longer applies. Things happen much more quickly than we ever expected and so far nothing has gone wrong. That forces us to rethink most of the concepts which we have used over the past decades. In fact, we are moving from a period of high military threat but considerable political stability towards a period of low threat but high instability. In such a situation it is still unclear what force levels we will need to deal with these instabilities. As somebody put it recently: «How many divisions has instability?».

The second new element is the development of the German question. Originally we had thought German unification would come at the end of a long process in which East-West relations would improve and ultimately borders would have little meaning. New political developments have come so quickly and unification is imminent, but the new framework of relations has not yet developed. Now the danger is that some people believe that with German unification all problems in Europe will be overcome, while in fact we are still at the beginning of a new process of European cooperation.

The third factor of change concerns developments in the Soviet Union itself. At the beginning of his reign, President Gorbachev decided to improve relations with the United States, reduce his commitments in the Third World and aim at joining the world economy. In some respects the underlying reasons for perestroika are the same as those underpinning our own move towards Europe 1992. He wants to keep the Soviet Union in the race of technologically developed countries. We, in aiming at Europe 1992, also want to maintain our competitive position vis-à-vis Japan, the newly industrialised countries and the United States. The difference is, of course, that we have been working at it already for some forty years while the Soviet Union is just starting. In addition, we are now seeing

how difficult it is to reform the Soviet Union, because everything has to be reformed at once for there to be any chance of success. We are also seeing that the process of perestroika is getting bogged down, that some new programme will have to be developed and that it is most uncertain whether Gorbachev provides sufficient leadership to carry out major reform. In any case, he has no model to offer for European cooperation. His idea of a common European home has little meaning as long as he has not put his own house in order. At the same time, he is in a difficult political position. The Communist Party is being discredited and Gorbachev is trying to dissociate himself from it. Thus his rule becomes very personal without a clear constituency, while at the same time the Communist Party, though discredited, still provides the personnel for fulfilling most functions in the bureaucracy.

In international relations, the Soviet position is characterized by the loss of options. The emphasis on perestroika and the development of a market economy remove the basic threat Western society has posed to the Soviet system. At the same time, political developments in Eastern Europe and the emergence of democratically-elected governments are diminishing Soviet influence in Eastern Europe. The Warsaw Treaty Organisation is disintegrating and it is difficult to see how it could be built up again as a political organisation, for it has never been one. Soviet withdrawal from Eastern Europe started in the economic sphere; that will inevitably lead to abandonment in the political and security fields as well. As these developments are inevitable, we should not pay any price to obtain them. Yet, we do not want to give the Soviet Union the impression that we are crowding them out of European affairs. We are in a paradoxical situation. On the one hand, we want to keep them out of Europe, certainly in the sense of having them remove their forces from Eastern Europe. But, on the other hand, we want to keep them in by giving them the feeling that they belong to Europe and have a role to play. The Soviets themselves have not yet adjusted to this situation. They know what they have lost, but they have no clear objective as to what they could and would want to gain from the new situation.

The fourth new development is that arms control no longer is the agent of change we thought it could be about a year ago. In fact, it is becoming increasingly difficult to conclude the negotiations in Vienna

on Conventional Forces in Europe in the framework of two military alliances. The concept of parity between the two pacts has become doubtful and Moscow is already arguing that after CFE implementation it would be weaker than NATO. It is even more difficult to envisage what criteria should apply to follow-on negotiations after CFE. We all want to continue the negotiations immediately but the best framework is still unclear. The 35-nations CSCE would be an obvious forum, but there too it will be difficult to see what measures of disarmament would apply to all of them. Nevertheless, a conclusion of CFE will be an essential basis for further progress. Without it a continuation of arms-control negotiations would become very difficult and our prospects for new security arrangements in Europe would hang in the air.

The fifth factor is the emergence of nationalism. We in the West are to a certain extent at the end of our history; at the end of our history of violent conflict. In the East most of the old problems and controversies have not been digested. They were less visible during the period of communist domination but now they have resurfaced. The most important conclusion of this situation is that the countries of Central and Eastern Europe are all looking to the European Community for help but have very little inclination to work together. That has an impact on our Western approach to all European activities, which leads me to support the «concentric circles» approach. We can do much for everybody, but not necessarily the same for all countries. Looking at the European Community as the first circle and Western European Union as the nucleus of countries which also want to extend their cooperation to security questions, the second layer would be the European Economic Space with the EFTA countries. The third layer would be the Council of Europe which could be extended fairly easily with the new democracies as soon as they accept the responsibilities of its statute and respect human rights. Such an extension would give the new democracies a sense of belonging and a forum for political discussion. The fourth layer would be the CSCE process which could act as an umbrella over the spectrum of activities while preserving existing organisations. The best approach would be to work towards a situation in which all these organisations interlock and reinforce each other, even if they sometimes partially overlap.

In this context, Western European Union is a crossroad organisation. On the one hand it is the European pillar of NATO, on the other the security dimension of European integration. Opinions about its evolution differ, but it could best be regarded as a transitional organisation on the road towards European Union, in which ultimately the economic, foreign policy and security dimensions will converge. For the time being, of course, WEU is not a perfect pillar. We do not have all member countries of the European Community in WEU, nor all European members of the Atlantic Alliance. Nevertheless, it is the only framework available in which a comprehensive discussion of political-military issues can take place in a European context.

Building a European pillar of NATO will require an assessment of the future tasks of NATO. The most important constant element will remain the security function. Even in the best climate of East-West relations, the Soviet Union, or even Russia, will be the largest military power on our continent. To live comfortably with that presence Western Europe will need a transatlantic link, both in the conventional and in the nuclear field. NATO and an American presence in Europe will allow us to live more or less comfortably with that Russian presence. Under new circumstances this security function could best be described as an insurance against things going wrong. The second function is to consult on political-military issues throughout the world. This consultation does not necessarily mean joint action because, in the Third World, NATO's possibility for such joint action will remain very limited. Here there is some scope for European activity, which could subsequently be coordinated with parallel US action, but NATO action will be regarded as drawing a particular Third World conflict into an East-West context.

The third function would be to formulate arms control policies and monitor their results. Particularly after the conclusion of CFE, verification will become very important. European countries will have to shoulder part of that burden, but the outcome of inspections will clearly have to be discussed in an Alliance context as well.

The fourth functions is the inter-Alliance function of moderation when particular problems arise, such as the Greco-Turkish controversy. The importance of this function will of course depend upon the evolution of relations among NATO members and their internal stability.

These four functions will remain valid in the future. Yet it is clear that NATO will have to change. Some say it should be more political. Others argue that NATO has always been primarily a political organisation. Making it more political could only mean making it less military. We shall have to provide a new rationale for maintaining NATO under changing circumstances. That will apply to preserving the transatlantic link and the presence of North American forces in Europe, and also to the willingness of European countries, particularly the smaller ones, to maintain an adequate defence contribution. NATO has already decided to review its strategy. Hopefully, that will also apply to its political perspective. The Harmel report has served us well for more than twenty years and the maxim of «defence and détente» will continue to be valid. Nevertheless, the objective of creating a climate in which underlying tensions could be resolved has virtually been achieved.

NATO's strategic review will have to assess the implications of the impending withdrawal of Soviet forces from Eastern Europe for the kind of forces the West needs to maintain in the future. It seems clear already that the density of NATO ground forces will be lower. To offset this at least in part the emphasis will be on mobility, which in turn will impose new requirements for command and control, communications, surveillance and target acquisition. In times of crisis there will be a need for mobilisation and reinforcement to «reconstitute» an effective defensive posture. But the warning time will be sufficiently long to allow for this. The role of the navy will be enhanced for, apart from its inherent flexibility and capabilities for crisis management, overseas reinforcement would no longer suffer from doubts about timely arrival at the battlefield.

The role of WEU

The 1987 Platform of European Security Interests confirmed the fundamental need for a continued presence of North American forces in Europe, for an adequate mix of conventional and nuclear forces and for countries to be defended «at their borders». Subsequent work has been directed towards practical cooperation (training and verification activities) and more conceptual studies. The presence of naval units from

Member States in the Gulf to ensure freedom of passage through international waters has been the first example of coordinated European action to protect its interests outside the NATO area. Future work should be directed at three problem areas:

1. The strengthening of the European identity, preferably through the formation of European units. These would demonstrate European cooperation to our own public and sustain willingness to maintain reasonable levels of defence spending. In addition they would show that military force will no longer be national force, which would reassure the countries of Eastern Europe and convince the US that Europe remains serious about its defence effort. Multinational units should apply not just to Germany but also to other countries, since special arrangements for Germany alone should be avoided. In my view multinational divisions with national inputs at brigade level would provide an optimum of political importance and military significance.

2. Provide a new rationale for a continued American and Canadian presence in Europe, preferably through a «transatlantic bargain» in which the role and function of one side are defined as complementary to the other.

3. Assess the minimum security requirements of the Soviet Union and its future relations with neighbouring countries. Apart from bilateral arrangements, these will require some institutionalisation of pan-European cooperation, providing regular opportunities for political discussion and machinery for conciliation when instabilities tend to escalate. In any case, the results of inspections under the arms control agreements will need to be discussed in a standing commission in order to clarify ambiguities between notifications and the actual situation. It may also be desirable to discuss new technological developments which could upset the new balance. The NATO summit in London has indicated willingness to institutionalise important parts of the CSCE process.

The April 1990 ministerial meeting of WEU gave a mandate to the Presidency and the Secretary-General to conduct a fact-finding mission to the newly democratic countries of Central and Eastern Europe. These visits are intended to ascertain their views on European security in general, and their own position as countries bordering on the Soviet Union in particular.

Conclusion

The cohesion and stability of Western Europe's existing security structures are major assets in the face of the uncertainties surrounding the consolidation of democracies in Eastern Europe and the future of Soviet Power. If the USSR is to survive, reform of the Soviet system is no longer enough; it must be abolished. The urgency of the situation may hasten the arrival of new leaders. We must be prepared for every eventuality.

The balance of force will continue to dominate the international dialogue even though significant progress has been achieved in the field of arms control, where each new stage seems to add to the complexity of the problems to be solved.

Greater stability in Europe does not automatically lead to greater stability outside Europe. In an increasingly multi-polar world, risks are both proliferating and diversifying. Faced with this practical reality, Europe must have capabilities to react to crisis situations. At the same time Europeans must act in concert rather than make an unseemly rush for doors that have only just been opened by the arms control negotiations.

At a time when the European Community has decided to press on with economic and monetary union, while agreeing on a timetable for the definition of political union, WEU can make a decisive contribution to the shaping of the future of european security structures based on a clear-cut European security identity.

Even with a european Union we will still need NATO, a changed NATO perhaps, making it more balanced, with two pillars, but certainly based on those crucial factors which have made it so successful and allowed us to progress to where we are today. An Alliance based on shared values and common interests. WEU wants to strengthen that community by demonstrating that although circumstances have changed we take our security just as seriously.

W. F. Van Eekelen

Secretary-General of Western European Union

ALTERAÇÕES QUE ESTÃO MARCANDO
AS SOCIEDADES: — A IMPORTÂNCIA
DE UMA NOVA DINÂMICA NO ENSINO

Cristina Borges Madeira

ALTERAÇÕES QUE ESTÃO MARCANDO AS SOCIEDADES: — A IMPORTÂCIA DE UMA NOVA DINÂMICA NO ENSINO

É uma constatação! Há alterações que se estão a verificar, que por vezes deixam estupefactos os que não apanharam ainda o ritmo e a velocidade das mudanças que, consecutivamente, rolam a todos os níveis neste findar de século.

A progressão a que a humanidade desde o pós-guerra se tinha vindo a habituar, fica muito aquém da progressão geométrica a que estamos assistindo nos últimos dois anos.

É, por conseguinte, neste princípio da década de 90 que se ausculta a indefinição de um limite da capacidade humana, e isto no que concerne às constantes transições. É de temer que estas, de tão rápidas, possam vir a constituir uma base frouxa para a cimentação de futuras mudanças, que sejam profícuas e capazes de arrostar com outras novas mudanças.

A mudança é a vida, mas o que neste momento se questiona é a «aceleração» — será que esta aceleração está adequada ao tipo de Homem que ainda hoje subsiste?

Assistimos a transições repentinas que, por diferentes razões e causas, estão a imprimir aos vários sectores da vida humana um tónus de ultra-renovação que, no enquadramento mundial, dado o crescer deste gigantismo incessante, terão de ser sabiamente orientadas para que os seus efeitos possam vir a provocar uma conexão de todos os factores. A sua consecução, quando e se se verificar, deve ser perfeitamente ajustada a toda a realidade e será, certamente, de ter em conta os mini multifactores com toda a sua complexidade.

O somatório de todo este emaranhado pode provocar um ondear que, inclinando-se mais a um lado ou a outro, poderá ter um peso considerável nesta sociedade actual que, deontologicamente, se encontra debilitada.

No presente, há que enfrentar a realidade que vivemos e procurar moldar os acontecimentos e os factos à estrutura periclitante em que continuamos assentes.

É de crer no discernimento dos homens e numa profícua conclusão do «terminus» deste segundo milénio cristão. É uma esperança mais que uma certeza!

Assim, pautando-nos pela observância duma sociedade internacional e procurando nela o seu centro, verificamos serem as Forças Armadas o núcleo à volta do qual todas as outras estruturas se equilibram.

Parafraseando um político do século XVI «Os principais alicerces de todos os Estados, novos ou velhos, são boas leis e boas armas; e porque não podem ter-se boas leis sem boas armas, e onde existem boas armas requerem-se inevitavelmente boas leis, não discutirei leis mas darei a minha atenção às armas»⁽¹⁾.

Podemos agora referir que um dos primeiros sectores a ser visado por esta mudança é, sem dúvida, o das Forças Armadas. A sua actualização e enquadramento global e, ainda, uma eficaz cooperação com vista a uma boa compreensão e profunda sensibilização de todas as matérias relacionadas com o ensino, guindaram-nas a um lugar de primeiro plano.

O opúsculo «A Defesa Nacional — uma questão de consenso entre portugueses bem formados e informados: Formação — Educação» faz-nos notar um certo paralelismo no modo como as Forças Armadas portuguesas têm vindo a desempenhar a sua política de defesa e, concomitantemente, de ensino.

Como prova, cito algumas passagens da conferência de Andrée Tournée, que demonstra serem similares a actuação e atitudes das nossas Forças Armadas com as da França, naturalmente exceptuando algumas disposições pontuais que se tornam concludentes das suas diferenças.

«L'établissement de relations régulières entre les partenaires de l'acte éducatif et ceux de la défense.»

«Améliorer l'échange et la circulation de l'information (...).»

«Élaborer en commun des documents pédagogiques (...).»

Por seu turno Paul Valéry escrevia:

«Mettons ce que nous avons de meilleur en commun, enrichissons-nous de nos mutuelles différences.»

Verificamos, portanto, tentar-se cada vez mais estabelecer uma permuta mais generalizada no sentido da elaboração de um novo programa,

(1) MAQUIVEL («O Príncipe», 1513).

que poderá compreender e agregar as principais conjunturas geopolíticas do mundo e suas repercussões.

Em consequência, devem analisar-se e estudar-se em conjunto os grandes problemas que são: a demografia; as religiões; as ideologias; os recursos naturais; as trocas comerciais e financeiras.

Também se deve fazer um estudo minucioso dos países que se aproximam em determinadas vertentes e se distanciam noutras, como os Estados Unidos e a URSS, os países da Europa e os do Terceiro Mundo.

E, ainda, requerem especial atenção as estratégias indirectas, que são centros de tensão e que, como tal, podem estar, genericamente, na origem de muitos conflitos em curso.

Presentemente, os conhecimentos são transmitidos utilizando multiformas pedagógicas: conferências, apresentações audiovisuais com novas técnicas muito aperfeiçoadas, comentários e debates, mesas-redondas, visitas de estudo, etc.

Foi Jackson que em 1968 encarou basicamente a democratização escolar e muitas das implicações de toda uma sociedade em mudança no pós-guerra; estudou as consequências verificadas num contexto social actual que serviu como paradigma ao desenvolvimento da análise da sociologia escolar. Jackson fez despoletar todos os estudos que já foram feitos e se continuarão a fazer.

Esta sociedade de hoje tem de confrontar-se com a época em que vivemos e ajustar-se rapidamente com a argúcia necessária a toda esta realidade de «mudanças».

Sabemos, também, que o ensino é um dos primordiais pilares do seu sustém. Portanto, uma das premissas que teremos de enfrentar é a da sua remodelação, não só no que respeita aos diversos níveis de ensino como, também, num plano mais profundo, à mudança dos próprios níveis. Foi depois do pós-guerra que se aclarou e procurou equacionar toda esta problematização, cujas críticas, ao nível macro-social, puseram em evidência a escola como crivo de um inegável sistema elitista que reproduzia os «cérebros valorosos», que coincidiam com os interesses económicos dominantes.

Por outro lado, começa a delinear-se uma outra vertente que irá pôr a nu o desfasamento existente entre a «utopia» educativa, a nível macro-social, e os seus resultados sociais visíveis.

É, por conseguinte, nesta senda que procuramos os fracassos desta constatação e eles encontram-se, principalmente:

- Na desigualdade social.
- No bloqueio e descoordenação de grande parte dos educandos.
- Numa triagem de valores através de cujos mecanismos muitos deles irão sucumbir.
- Numa desarmonização familiar (abrangendo aqui todas as classes sociais) que se vai repercutir no aproveitamento escolar.

Como é óbvio, tem-se procurado desenvolver um processo de remediação ao socorrermos-nos da evolução das ciências sociais.

A Psicologia tem dado um largo contributo, o qual se vai alargando, cada vez mais, na medida em que esta ciência também está tomando uma muito mais ampla dimensão, que se estende desde a compreensão e descrição de todo o processo genético à caracterização de insuficiências, pesquisa sobre os meios de compensação e, ainda, a outros vectores inerentes a determinados aspectos bem específicos desta ciência.

Um dos factores que se reveste de importância e que tem sido objecto de uma análise desinibida, dentro deste contexto actual, é o conhecimento preciso sobre o lugar e o papel do professor.

Circunscrevendo-nos ao caso português, observa-se que as nossas crianças, antes da década de 60, eram educadas, principalmente, pelas famílias; a escola representava uma parcela bem mais diminuta antes desta década. A inserção na vida activa fazia-se através da família.

Ora, esta situação cada vez se tem alterado mais e mais por transformações já bem detectadas, tais como a emigração e a deslocação de grande número de famílias rurais para meios citadinos, onde os bairros limítrofes, apelidados de «dormitórios», albergam as famílias que se transferiram, proporcionando assim a «avalanche» de situações que cada vez tendem a avolumar-se em quantidades incontroláveis.

É na escola que, segundo Michael Rutter, a criança desenvolve a sua actividade social. Por outro lado, o prolongamento da escolaridade obrigatória, as crescentes exigências profissionais e a ameaça de desemprego, fazem com que a escola seja frequentada durante cada vez mais tempo, aproximadamente 15 000 horas (6.º ano de escolaridade obrigatória). É, portanto, improrrogável e compreensível que é à escola que cabe

desenvolver nas crianças a sua formação moral mas, por muitas circunstâncias, esta passa a ter uma base bastante heterogênea. Quem irá servir de modelo a uma criança cuja personalidade se encontra em «formação»? — Serão certamente professores com uma educação e índole das mais diversas que irão incutir-lhes, teoricamente, maneiras de estar que, por vezes, se opõem frontalmente ao caris educativo e moral que é praticado e imposto na família.

Surge, facilmente, um estado confusional que, como é inevitável, ocasiona perturbações das mais variadas espécies.

Estas crianças ficam, assim, um tanto à deriva e entregues ao acaso no seu desenvolvimento psicológico.

A sua educação fica perdida num turbilhão de circunstâncias. Por isso poder-se-á, a partir de agora, falar duma «não educação», e esta marcada por muitas vertentes, mas quase todas indeléveis e todas e sempre por falta de tempo dos adultos a quem compete, afinal, educar. Por vezes é a rua e os companheiros mais velhos que são os modelos, os quais, na generalidade, são, também eles, guiados por marcos muito pouco aconselháveis, reportando-nos aos padrões ainda hoje vigentes.

As famílias, embora pretendam educar as suas crianças dentro dos seus moldes morais, não o podem fazer e isto por uma principal razão, aquela essencial, de que já se falou: «o pouco tempo» de que dispõem. Mas, como todos sabemos, «o tempo passado numa tarefa é, até hoje, a variável que maior correlação apresenta com qualquer aprendizagem».

Alcançamos, assim, uma das partes mais recônditas de muitas das mudanças verificadas na nossa sociedade. Sem dúvida que esta alterou grande parte dos seus valores e assimilou outros, assentes e apreendidos em circunstâncias diferentes, tendo-se modificado a base da educação juvenil por um «roulement» de muitos objectivos que vêm alterar esses valores através de factos e pressupostos novos, que se crê serem agora os adequados às circunstâncias actuais. As mudanças tornam-se, pois, indispensáveis e sábias! Os contributos para as mudanças devem vir atempadamente e, também, concernentes ao contexto onde se irão integrar, atento um útil desenvolvimento pessoal e um adequado enquadramento institucional que deverá ser o primeiro a propiciar essas mudanças.

As tarefas do professor de hoje são muito mais amplas! O professor possui a incumbência não só de ensinar mas, também, de assumir outras funções

de carácter pedagógico e social, determinadas por factores que marcam as mudanças de ordem social e outras no âmbito do sistema educativo.

Nesta sociedade em mudança exige-se ao professor que a sua disponibilidade seja dirigida, não só para o campo tradicional do ensino mas também alargado ao campo da versatilidade e da multiplicidade de competências, desde os aspectos culturais e científicos até à compreensão de problemas de ordem afectiva e outros de cariz psicológico, respeitantes ao foro da camada estudantil, os quais, salvo algumas excepções, se reprojectam e redimensionam das famílias para as suas crianças e jovens.

A missão do professor abrange, ainda, toda uma dinâmica educativa, cuja proposta ultrapassa a simples acção da docência, para se integrar num espaço bem mais vasto de uma grande dádiva pessoal e de uma participação e colaboração com outras ciências afins e hoje interligadas ao ensino.

O professor, embora não seja especialista no domínio destas outras ciências, terá de ter os conhecimentos mínimos para saber o momento em que os seus alunos precisam do auxílio ou apoio de outras competências, agora já convenientemente demonstrado o seu interesse e imprescindibilidade para o bom êxito de uma cabal educação e aprendizagem.

As mudanças tornam-se, portanto, mais rápidas e inevitáveis!

Mais uma vez se questiona: como está alargada à generalidade das «massas» uma já substancial fatia da sociedade do jovem adulto de hoje? Nasceram outros valores — ou pseudovalores — ainda poucos clarificados. Formaram-se, e não se conhecem ainda, convenientemente, a sua força e perseverança, num mundo que os permite e os deixa proliferar.

Os meios de comunicação social informam apenas o grande público da ascensão e incremento que aqueles valores vão conseguindo adquirir junto das populações escolares e dos jovens adultos. É um fenómeno social actual a grave angariação de cada vez mais adeptos na senda de uma felicidade fortuita, através de alucinogéneos e das mais variadas drogas, umas em alguns países já despenalizadas e, portanto, consentidas. Contudo, todas, médica e cientificamente, são reconhecidas como altamente perniciosas à saúde física e mental dos indivíduos. Apesar disto, para as drogas mais fracas e de efeitos menos nocivos, tende-se, algumas vezes, a estabelecer um paralelo com outro mal, embora menor — o tabaco —, levantando-se a hipótese, comparativamente, da sua fraca perniciosidade. O facto é que grande número de relatórios médicos demonstram as perturbações psico-

lógicas que causam, e referimo-nos, neste caso especial, ao «haxixe» e outras drogas de nível equiparado.

Portugal, ao fazer a sua integração na CEE, vem sofrendo modificações nos padrões porque usualmente se regia em muitos domínios que determinavam os «nossos» vários sectores sociais.

Ora esta mudança, embora se tenha vindo a organizar com cuidado e se esteja a fazer de uma forma planificada e sob um determinado controlo, não deixa de ser uma alteração profunda e, portanto, existe sempre a necessidade de uma adequação a situações que se depararão inéditas para o quotidiano actual.

Ao utilizar determinados dados analíticos, constantes do «Dossier CEE — Impacto da Integração Europeia sobre o Sistema Educativo Português» — tais como: A curva de Lorenz e o Coeficiente de Gini, verificamos que, no plano da educação⁽²⁾, se pode concluir que, recorrendo ao método da estatística «Significância da diferença dos desvios padrões», não se detectam grandes disparidades, entre a antiga Europa a 3 e a actual Europa a 12, com uma única excepção para o indicador «percentagem de alunos no ensino secundário».

Fazendo agora a comparação do par Europa 3 e Europa 9, as disparidades aparecem em todos os indicadores compulsados.

Deste modo, poder-se-ão tirar as seguintes ilações:

- Existe uma grande heterogeneidade entre os grupos acima indicados da Comunidade Europeia, sendo interessante notar que as diferenças são maiores no que concerne à Europa dos 9 relativamente à Europa dos 3;
- Também se pode constatar que as disparidades entre a Europa dos 9 e a dos 12 são mais atenuadas. Objectivamente, no que respeita ao ensino, há que mencionar que, com o alargamento a 12 membros da CEE, alguns indicadores sofreram alterações significativas, registando-se uma influência benéfica e positiva nos países que aderiram mais recentemente: Grécia, Portugal e Espanha (Eur. 3).

Cabe, portanto, a todos os estudiosos destas matérias e em especial aos professores debruçarem-se sobre esta problemática e orientarem a

(2) Eur. 3 — Grécia, Espanha e Portugal.

Eur. 9 — Restantes países da CEE (Eur. 12 — Eur. 3).

Eur. 12 — Eur. 3 + Eur. 9.

educação, tal como Delfim Santos acreditava: «... Auxiliar a descobrir o homem e os seus valores ao próprio homem.»

Algumas asserções têm sido expostas e debatidas por docentes e outros interessados, tendendo-se, actualmente, para uma flexibilização da educação com escolas paralelas, educação recorrente e outras alternâncias.

Creio ser este, ainda, um campo de experiência que terá de ter em conta a vivência acelerada desta época e cujo enquadramento se deverá cingir às necessidades e adequações consentâneas com a nossa estrutura social.

Cristina Borges Madeira

Licenciada em História e Estudos Sociais
Prof.ª do Ensino Secundário

BIBLIOGRAFIA

- *Sociologie de l'école: pour une analyse de l'établissement scolaire*. — Dunod, 1981.
- Goble, N. et Porter, J. — *L'évolution du rôle du maître: perspectives internationales*. UNESCO, 1977.
- Huberman, M. — «Les phases de la carrière enseignante: un essai de description et de prévision». In: *Revue Française de Pédagogie*, n.º 86, Jan./Fev./Março, 1989.
- Cf. K. Lewin, *Psychologie Dynamique* (4.ª edição), 1972.
- «Cahiers Pédagogiques — Pédagogie Institutionnelle». Junho, 1980.
- *Id.* — *The Sociology of the School Curriculum*. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1980.
- «A Dimensão Europeia dos Estudos» — Maria de Fátima Ramos.
- «Políticas Comunitárias em Matéria de Educação e Vida Activa: — A Problemática da Formação e do Emprego — Aspectos do Caso Português» — João Fazenda.
- «O Desenvolvimento do Ensino Superior Português no Contexto da Integração Europeia: — Uma Abordagem Estrutural» — Luís Tibúrcio.
- «A Educação Permanente na Perspectiva da Integração Europeia: Conceito e Questões Fundamentais — Reflexões sobre o Caso Português» — Adelaide Rocha.
- «Impacto da Integração Europeia sobre o Sistema Educativo Português: Análise Estatística de Alguns Indicadores» — Ana Maria Calado.
- «Lei de Bases do Sistema Educativo: Apresentação e Comentários» — Eurico Lemos Pires.
- «A Defesa Nacional — Uma Questão de Consenso Entre Portugueses bem Formados e Informados: Formação — Educação». Conferência proferida no IDN em 12 de Outubro de 1988, pela Senhora Andrée Tournée, General do Exército Francês.
- Curso de Defesa Nacional 1986 — IDN.
- «Escola, Sociedade, Que Relação?» — IDN.
- «Os Aprendiz de Pigmeleão: Ensino sobre a Formação de Professores e Alunos em Democracia» — Maria Emília Brederode Santos.

AUTONOMOUS DIRECTION IN SCIENCE
AND TECHNOLOGY

Sérgio C. Trindade

AUTONOMOUS DIRECTION IN SCIENCE AND TECHNOLOGY (*)

Dr Sérgio C Trindade is Assitant Secretary-General of the United Nations, and presented this paper, his personal views, at a Foundation meeting at the Royal Society on 23 September 1987. The Lord Lloyd was in the chair, and the evening was initiated and organised by Dr Richard J. Haas.

INTRODUCTION

The oldest British alliance — now lasting for 600 years — resulted from the aspirations of the Duke of Lancaster to the Castilian crown, late in the XIVth century. John of Gaunt supported the illegitimate Prince João, the Grand Master of the Order of the Knights of Aviz, in the Portuguese succession crisis of 1383-1385. Lancaster found himself on the winning side, to which some 500 English long-bowmen contributed a bit, in the face of an invading Castilian army with reinforcements from France. The decisive engagement was the battle of Aljubarrota on 14 August 1385, a crucial event of the late Middle Ages in Europe.

To consolidate the birth of the long lasting alliance, Philippa, the elder daughter of John of Gaunt, was married to the victorious King João I, even before Papal dispensation was granted to the chastity-sworn Master of Aviz, on St. Valentine's Day 1387 in Oporto. Thus began the long reign of King João I of Portugal (1385-1433) and the dynasty of Aviz under which Portugal achieved world prominence during the XVIth century.

(*) The views expressed in this paper are those of the author.

A PROGRAMME OF RESEARCH AND DEVELOPMENT

The fifth offspring of João and Philippa, and the third to survive beyond infancy, was a unique Prince, known to the English public as Prince Henry, the Navigator (1394-1460). Prince Henry conceived and implemented what we could call today a long-term programme of research, development and demonstration in navigation technology, which included naval architecture, cartography and the art of navigation (1420-1460). This «programme» was a relatively concentrated effort to expand Portuguese power and influence, based on transfer, development and application of technology. It benefitted from a reasonable continuity of support — political, financial and otherwise — over a considerable period of time. This continuity was probably helped by the fact that Prince Henry had no aspirations to the Crown and was relatively neutral in the various successions he witnessed since 1433.

The motivations of this splendid Prince probably blended the pursuit of glory and religious exaltation — he was Master of the Military Order of Christ — in the continuation of the Crusades against the infidels and the financial benefits accrued from trade and colonization. At the time of his death in 1460, however, he was heavily indebted, but the Portuguese were only 26 years away from the memorable trip of Bartolomeu Dias to the Cape of Good Hope. They were by then getting ready to accomplish in a few years and for the first time, the round trip to India via the maritime route.

Thus, in 1497 when Vasco da Gama left Lisbon with his four ships equipped with three years' supply of provisions, modern instruments and considerable armaments, he was willing to take risks.

Da Gama was willing to take risks because:

(i) he was searching for his country a privileged position in a very profitable market: the spice trade that since times immemorial existed between the Orient and Europe was confined to restricted marketing channels that involved Indian, Arab and Italian merchants;

(ii) he was preceded by a long-lasting programme of research, development and demonstration in navigation technology that gave him and his captains unique and proprietary knowledge of the trade winds of the South Atlantic for their ships — the best ocean going vessels of the time — to sail safely and effectively;

(iii) he and his men displayed the military technology common to Europe which was at the time superior to that of the likely opponents in the Indian Ocean.

As a result of Da Gama's accomplishments and the epic work of Affonso de Albuquerque, the Portuguese Viceroy of the early 1500s, the Indian Ocean became for about 100 years a Portuguese lake. The strategic (still today) control of Malindi in today's Kenya, Hormuz Island at the entrance of the Persian Gulf, Goa and other points in the West coast of India, and Malacca in Malaysia, assured the Portuguese for about a century the control of the arteries of commerce. This expansion continued in the middle of the XVIth century into the China seas and reached Japan. Other Europeans followed suit and the era of modern colonialism began.

The puzzling question to pose is how could a tiny, poor and underpopulated country on the outer limits of Europe have accomplished the feat of opening up two thirds of the world to European commerce and of dominating for a considerable period of time that commerce singlehandedly? No single answer to this question is sufficient. But one important clue to the answer is the Portuguese determination to succeed.

DETERMINATION AND AUTONOMOUS DIRECTION

Determination, resolve and will to chart the future constitute the essence of autonomous direction on a societal, organizational and personal level. Thus autonomous direction in science and technology in practice means the ability to make reasonable decisions, including the ability to say no, in this area, in a relatively independent way.

At the country level, it results in considering needs, resources and priorities as perceived by the various relevant constituencies, and making reasonable decisions on matters of science and technology. Typical decisions involve options between transfer of technology and local development; concentration of efforts on socially and economically meaningful areas;

support to general and specialized education; improved information systems and communication, etc. In summary, autonomous direction at the country level implies the implementation of a national science and technology policy based on the consideration of issues and independent choice of options.

Modern and vastly sophisticated equivalents of the Portuguese technology policy of the XVth century can be found in Japan, after the Meiji restoration of the XIXth century; in India, once statehood was achieved; in Brazil and Korea over the last three decades; in France beginning with De Gaulle in the late 1950s; and in the People's Republic of China, particularly after the Cultural Revolution. In my view, all these cases contained a measure of autonomous direction.

At the corporate level, autonomous direction in science and technology involves the independent evaluation of the relevance of technology among key factors of success in the markets considered. Typical decisions involve options for instance between investing and disinvesting in specific technologies for a given market; acquisition of new technology via transfer from outside or in-house development; developing a totally new market for a new or existing technology. In essence, autonomous direction at the corporate level implies the implementation of a corporate science and technology policy based on the consideration of issues and independent choice of options.

If we stretch our imagination we can identify in the Military Order of Christ the corporate entity of the great navigations of the Portuguese in the XVth century. Current equivalents of the successful technology policy of the Military Order of Christ of the XVth century are present in the transnational corporations as well as in the emerging firms engaged in biotechnology, micro-electronics, new materials and new energies. I believe their success, to a large extent, can be attributed to their sense of autonomous direction in technology.

At the personal level, autonomous direction in science and technology boils down to the ability of individuals to choose among careers in a relatively independent way. Prince Henry, the Navigator, had a sense of autonomous direction in technology in the XVth century. Modern equivalents are numerous and include many inventors in science and a plethora of innovators in industry.

THE FEATURES OF AUTONOMOUS DIRECTION

Generally speaking, achieving a sense of autonomous direction is a political process. So it is in my view the process of practicing autonomous direction in science in the pursuit of knowledge, and in technology in the pursuit of economic rewards. It is my conviction that autonomous direction in science and technology can be characterized by a few common features such as political will, willingness to take risks and access to an information data base.

Political will is essential to support—financially and otherwise—a path into the unknown and to assure continuity in the face of possible adversity. It also helps to develop managerial and organizational abilities necessary for successful innovation, and in our days, invention. Prince Henry's caraveles failed miserably in many expeditions in search of the elusive Cape of Good Hope until they finally succeeded with Bartolomeu Dias in 1486. Serendipity helps those who keep trying. Continuity of the process plays a key role in building up the infrastructure required for success at later stages.

Who would guess in the early 1950s, when Brazil's major export was coffee beans, that the British Royal Air Force would today be getting from Brazil airplanes to train its cadets? This Brazilian commercial success can be traced back to decisions taken 40 years ago. These decisions led to the setting up of aeronautical engineering education in the country, with emphasis on research; to the design of aircraft prototypes; to the establishment of EMBRAER, the airplane manufacturer; to the organization of subsuppliers of aircraft parts and components; to finding market niches for civil and military aircrafts in Brazil and in the world.

I believe that the political will that makes a difference is the one that provides continuity of support over an extended period of time, irrespective of political vagaries that might occur. The 40 years of navigation technology development of Prince Henry and the 40 years of the modern Brazilian aircraft industry are witnesses to that.

I think most people are normally reluctant to take risks. This is a natural self-defense posture. However, the processes of invention and innovation are very much dependent on taking reasonable (and sometimes unreasonable) risks. In an autonomous decision context, taking risks is

supported by the existing political will and by access to relevant information. There have always been cultures that are extremely cautious against taking risks. In my view, such societies find it hard to achieve a sense of autonomous direction. Vasco da Gama, at the close of the XVth century and Yuri Gagarin and Neil Armstrong, in this century, were willing to take risks, as they had political backing and motivation, and benefitted from a growing knowledge base behind their epic accomplishments.

The many failures of Prince Henr's caravels and the tragedy of the challenger are reminders that there are indeed risks in charting a course of autonomous direction into the future. Of course there are also commercial risks involved in seeking a measure of autonomous direction in a corporation. But success rewards only those who try.

It is evident to me that no country, corporation or person can follow a course of autonomous direction without access to relevant information and competence to utilize an evergrowing knowledge base. Thus access to scientific knowledge, which in principle is freely available, requires not only access to journals and electronic data bases, but, most importantly, the scientific literacy to understand their contents.

Access to culturally-bound, commercially valuable technological information today necessitates more than scientific literacy. It requires knowledge about markets, production experience and a minimum capacity in research and development. In short, a minimum infrastructure and experience. In all cases, education at all levels is essential to achieve today a sense of autonomous direction in science and technology. Of course, the relative importance of these factors has varied over time. Historically, technology has been quite disassociated from science. Empirically-based tecnology in the Middle Ages preceded science by centuries. Science-based technology is a relatively new concept.

I think we can now propose a new concept of technological independence. It is in my view the ability of countries, organizations and people to make independent decisions on the choice between acquiring technology by transfer or via their own development, to satisfy perceived or created needs. There is no technological self-sufficiency in the world. Hence autonomy does not mean autarchy. All countries buy, and many sell technology. Furthermore, there are very few countries which are net exporters of technology.

It is my impression that some sort of discontinuity — political, economic, social, technological and otherwise — followed by a period of a certain measure of stability, could be a contributing factor in achieving a sense of autonomous direction. Such discontinuities perhaps offer the opportunity for asserting direction, which, whether positive or negative, helps a course of autonomous direction in science and technology.

The consolidation of the kingdom of Portugal that followed the inauguration of the Aviz Dynasty clearly provided for a sense of autonomous direction. It also made possible the autonomous technological development that supported the great navigations and the opening of world trade and the world-scale colonialism that began in the XVth century. Similar processes can be identified in my view in the Meiji restoration in Japan, in post-war Brazil and Korea, in post-partition India, in post-Cultural Revolution in China, and even in De Gaulle's France.

In post-war Brazil, besides development of the aircraft industry, I could mention similar autonomous direction processes in electric power systems, oil refining, chemical processing, telecommunications, nuclear technology and computers. In all cases there has been political will, willingness to take risks, access to and competence in the utilization of relevant information. I might add that all these sectors benefited from expanded educational opportunities.

THE IMPACT OF TECHNOLOGY AND THE VALUE OF AUTONOMOUS DIRECTION

As technology is culturally-bound it can have profound implications in the lives of people, organizations and nations, when it is introduced in a new setting. Saint Augustine expressed amazement at the ingenuity and variety of the arts, yet feared that the good coming out of them may be counter-balanced by the evil of «so many poisons, weapons and military machines», in addition to superfluities and vanities.

The agricultural revolution in northern Europe that began obscurely in the VIth century and lasted 300 years had a profound effect on the geopolitics of Europe, as the centre of power moved gradually northwards from the Mediterranean basin. This resulted from the slow market penetration of new empirically-based agricultural technologies involving heavy

ploughs, open fields, triennial rotation of crops, livestock-cereal cultures combination, and the use of horse harness. The resulting food surpluses, and other factors, led to a considerable change in social organization and to a process of urbanization. The psycho-social anxieties derived from this process led to creativity, but also to aggression, such as the Crusades.

The drive of Prince Henry in his pursuits can be perhaps understood in a psycho-social context where the great navigations began as a crusade in the medieval tradition. The impact of technological innovation on international relations is therefore nothing new and examples abound in history. In such a situation a sense of autonomous direction can be in my view extremely valuable. It implies the capability to assess technology and science in a meaningful way and to maximize the net benefits obtainable from them.

The modern agricultural revolution—the «Green Revolution»—was based on scientific knowledge. It turned large, food-importing countries, such as India and Mexico, into food-balanced or food-exporting countries, and is affecting the international movement of grains.

Modern technology is evolving at a fast pace currently and is taxing the capacity of humankind to cope with change, but it is doing so unevenly, as the gap between developed and developing countries widens. This is a major cause of concern as it affects peace, stability and equitable development among nations.

THE TECHNOLOGICAL CHALLENGES OF THE FUTURE

We have hardly finished the colonial era on earth at a time when colonization of outer space has already begun. The new and emerging areas of science and technology—NESTs for short—offer challenges to all countries and opportunities to a few countries who know what they want, that is, who have a sense of autonomous direction. Given the widening gap between groups of countries, the NESTs pose a significant challenge to developing countries. How can a least developed country benefit from the NESTs in the autonomous mode? What will be the geopolitical shape of the world in the future in the face of the NESTs? Can peace, stability and equitable prosperity be ever achieved in the world? Is there any assured formula for successful development of any social and economic system?

There are no simple answers to these troubling questions. But I cannot visualize a peaceful, stable and equitably prosperous world without all countries achieving a certain sense of autonomous direction. This achievement implies the reduction of gaps and constitutes in my views a pre-condition for an improved partnership among nations.

THE ROLE OF THE UNITED NATIONS

Peace, stability and equitable prosperity are the ideals pursued by the United Nations since its organization 42 years ago. If these ideals are realized the world would evolve into a community of nations in genuine partnership.

Despite the criticisms on the efficiency and effectiveness of the organization, it is my belief that the ideals of the United Nations remain valid. The UN system has expanded considerably over the years and is composed of the UN proper, the United Nations Development Programme — UNDP, and the specialized agencies, including the International Monetary Fund — IMF, and the World Bank.

In 1979 a conference on science and technology for development in Vienna led to a focus on this topic in the UN. Consequently the following bodies were established: an Intergovernmental Committee of all member states; a Task Force of all the interested agencies; an Advisory Committee of 28 eminent people from all over the world, a Financing System (now a trust fund within UNDP), and the Centre for Science and Technology for Development — CSTD. They were all established to implement the core-decision of the Vienna conference, namely the growth of the endogenous capacity of developing countries. To me, endogenous capacity is the ability to practice autonomous direction in science and technology at country level.

The work of CSTD is thus concentrated in helping interested countries build endogenous capacity. CSTD is joined in this endeavour by the relevant members of the UN system. This is of course a long term proposition. But it can be expediated by policy dialogues at a national level, where the various interested constituencies must be involved in order to bring science and technology into the mainstream of their social and economic

life. These dialogues, in which CSTD plays the role of a catalyst, are carried out by people in the countries concerned, and are expected to yield a portfolio of priority actions that should reflect needs, resources and priorities as perceived by the countries themselves. We are just beginning this exercise on an experimental basis in Nepal and planning it for Tanzania and Colombia, with financial support from a few donor countries. If the experiment proves its worth we would like to expand the programme for which additional donors would have to be engaged.

This approach should be of interest to all concerned, recipient countries, donor countries and the UN system. If it works it would make it clear and explicit, in the autonomous direction mode, the path selected by the recipient countries in making use of science and technology for their future development.

Another activity of CSTD, which is part of endogenous capacity building is the advance technology alert system — ATAS. In the ATAS exercise specific NESTs are assessed by a group of international experts, results are disseminated in bulletins and other media, and their national and regional relevance is interpreted with the help of a core technology assessment network and networks specialised in the NESTs analyzed. So far tissue culture, automation, informatics, technology assessment proper, and new materials have been studied in the ATAS context.

CONCLUSIONS

Inequities in the human conditions and among nations must be eliminated if the ideals of the United Nations are to be realised. I am perfectly aware that autonomous direction is not entirely a new concept or that it provides by itself a sufficient condition for happiness and fraternity among humankind. After all, developed nations by and large do possess a sense of autonomous direction. But I do believe that the community of nations will live better and survive if the nation-partners stand on a more equal footing, and particularly if the gap within and among countries shrinks. Endogenous capacity, or if you prefer, autonomous direction, is a necessary condition for developing countries to realize that goal.

Why can't human conflicts be resolved without resorting so often to war and aggression? Are war and aggression inherent to human nature?

Is humankind a prisoner of the natural cycles of creation, nurturing and destruction of the Vedic tradition? Unfortunately, I don't have answers to these crucial questions. But the overwhelming historical evidence is against my vision and my belief that the world and humankind that lives in it can be both beautiful and worthwhile. Ultimately, human conflicts are about power and its control. And many have said before me that knowledge is power. Thus science and technology contribute to power, political and otherwise.

Peace is thus related to the management of power and just as we are in principle against monopolies in the economy, we should be against the monopoly of power by nations. It is my belief that the world would be better off if the power were more evenly distributed among nations. And autonomous direction in science and technology in all countries is a necessary condition to achieve this desirable goal.

Sérgio C. Trindade

Assistant Secretary-General of the U.N.

BIBLIOGRAPHY

- Trindade, S. C., *Avaliação com novos critérios*. Rumos de Desenvolvimento, Setembro/ October 1976, pp 39-42.
- Technology development in developing countries: The case of a private R & D institution in Brazil*. R & D Management 10, 2, 1980, pp 77-81.
- Ure, John, *Prince Henry the Navigator*. Constable, London, 1977, 207p.
- White, Jr. Lynn, *Medieval Religion and Technology*. University of California Press. Berkley, 1978 (paperback 1986), 360p.

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO
E OUTRAS QUESTÕES

Nuno António Bravo Mira Vaz

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO E OUTRAS QUESTÕES

Reflectir acerca do futuro próximo das Forças Armadas Portuguesas, tendo presentes as aspirações individuais e os condicionalismos colectivos, é uma tarefa tornada urgente pela transformação acelerada que ocorre no mundo.

O âmbito da questão consiste em gerir de forma responsável um sistema de três variáveis: o tempo, o dinheiro e os meios (materiais e humanos) atribuídos à componente militar da defesa. As opções revelam-se, desde a primeira abordagem, de uma extrema complexidade. Na realidade não basta saber o que se quer, e já não seria pouco; é preciso igualmente saber se existe capacidade humana e financeira para isso, sob pena de se arrastar o estudo para o domínio de uma futurologia destituída de qualquer verosimilhança. Tanto mais quanto se pretende prospectivar numa área — a do pessoal — onde os valores são frequentemente insusceptíveis de quantificação, mas as despesas são enormes: entre 1980 e 1990, os custos gerais do Ministério da Defesa com pessoal passaram de 22 para 109 milhões de contos; em percentagem do orçamento total do Ministério, representam valores muito superiores aos registados na generalidade dos países da OTAN.

As questões de pessoal estão íntima e inextricavelmente ligadas à restante problemática das Forças Armadas, não havendo para elas soluções isoladas. Tal não implica, porém, que o estudo dos seus aspectos mais salientes constitua obrigatoriamente uma reflexão interdisciplinar, capaz de fornecer soluções integradoras. A influência exercida por condicionalismos estruturais e conjunturais de diversa natureza sobre esta problemática, bem como a necessidade de avaliar as interações que entre si estabelecem, não pode prejudicar a atenção urgente e responsável suscitada pelo anúncio governamental das alterações ao serviço militar obrigatório.

Por tal motivo, e correndo embora o risco de não considerar aspectos com importantíssimas implicações na questão a abordar, dispensa-se qual-

quer referência à conjuntura internacional e designadamente à transformação que se opera nos países de Leste — uma mudança de importância planetária, pelos reflexos, directos ou indirectos, que projecta nas relações Leste-Oeste e na maioria dos conflitos regionais, como aliás se comprova na actual crise do Golfo Pérsico.

Quanto à conjuntura interna, de que se abordam seguidamente alguns aspectos relevantes, pode considerar-se que o conceito de defesa como actividade intersectorial recolhe o consenso alargado dos cidadãos e dos órgãos responsáveis. Apenas em alguns sectores mais tradicionalistas — sobretudo das Forças Armadas — subsiste uma atitude de reserva quanto à «infiltração» dos civis em área durante muitos anos reservada aos especialistas militares. De facto, o conceito de defesa como actividade integradora de pensamento e acção ao mais alto nível do Estado, aponta claramente para um ordenamento institucional em que o político prevalece sobre o militar, mas a compreensão desta questão está longe de atingir a unanimidade no seio da classe militar.

Em rigor, não há uma verdadeira oposição a que o poder político assuma responsabilidades acrescidas relativamente às Forças Armadas, registando-se apenas alguma discordância quanto à extensão dessas competências, já que alguns círculos persistem em contestar a pertinência de entregar a não especialistas a decisão sobre algumas matérias de cariz marcadamente técnico.

Uma constatação largamente maioritária é a de que Portugal dificilmente poderá dispor dum aparelho militar apto a assegurar a defesa autónoma contra ameaças maiores, podendo igualmente presumir-se que continuarão as dificuldades sentidas actualmente para preencher a sua quota-parte da defesa colectiva ou até para substituir forças aliadas em áreas restritas de importância vital para os interesses nacionais.

O que confere força e credibilidade à nossa política de defesa é o facto de ser assumida solidariamente por um conjunto de países dispondo dos meios dissuasores apropriados a qualquer tipo de ameaça militar.

Por tal razão, ela terá sempre de inscrever-se num espaço geopolítico mais amplo (em termos semelhantes ao que acontece actualmente com a OTAN), qualquer que seja a evolução política no mundo. Isto implica que Portugal procure a todo o custo evitar o regresso da Europa ao mosaico

de estados que produziu o sistema de alianças precárias responsável por séculos de guerras no continente.

Mas o facto de Portugal beneficiar com a integração numa Aliança vocacionada para a defesa de todos e de cada um dos seus membros, não deve fazer-nos esquecer os perigos da utilização de parcelas do território nacional por forças estrangeiras, ainda que pertencentes à mesma organização colectiva de defesa.

Passemos então à questão central. Segundo o cor. João Carlos Geraldes, «As formas jurídicas de prestação de serviço militar efectivo, por voluntariado ou por conscrição, determinam três tipos de Forças Armadas, correspondentes a três diferentes sistemas de prestação de serviço, de constituição de reservas e de mobilização:

O SISTEMA PROFISSIONAL, um corpo permanente de militares profissionais, de efectivo limitado mas altamente seleccionado e instruído, e imediatamente disponível; as reservas são relativamente disponíveis, uma vez que, sendo constituídas por voluntários, estão organizadas e são treinadas em permanência; neste sistema, a mobilização completa-se em 2 a 30 dias, embora possa ser prevista a eventualidade de uma mobilização maciça.

O SISTEMA DE CONSCRIÇÃO OU MISTO, com características de massas, cujo corpo permanente é constituído por pessoal que cumpre um reduzido tempo de serviço efectivo, logo com um limitado grau de instrução, e por uma significativa proporção de profissionais, particularmente em áreas (Ramos, Armas, Serviços, Especialidades) de mais elevado tecnicismo; ao obter-se, assim, um grande número de reservistas, impõe-se a necessidade de assegurar a sua reciclagem e o respectivo enquadramento; neste sistema a mobilização, assente numa estrutura pesada, obedece a um metódico planeamento e a uma intensiva execução (2 a 6 dias nos casos da RFA e França).

O SISTEMA DE MILÍCIAS, ao qual corresponde uma prestação de serviço fraccionada no tempo, desenvolvida com base num reduzido corpo permanente; resulta, portanto, num sistema híbrido em que os reservistas, fundamentalmente enquadrados por milicianos, são instruídos, periodicamente, assistidos por um núcleo de profissionais; neste sistema passa-se,

sem solução de continuidade, de tempo de Paz para tempo de Guerra (no caso suíço a previsão é de 48 horas)»⁽¹⁾.

Estas são, de facto, as opções disponíveis, já experimentadas em países democráticos. No caso português, parece haver uma única decisão firme: a de que, num futuro mais ou menos breve, a maioria dos jovens seja chamada a cumprir o serviço militar (ou um serviço alternativo de idêntica penosidade), o qual não deve ultrapassar os quatro meses de duração. Além disso, foram solicitados aos três Ramos das Forças Armadas estudos visando uma reestruturação que inclua um «certo grau de profissionalização».

A primeira vista parece pois que se pretende manter o Sistema Misto em vigor, acentuando a vertente profissional por um lado e assegurando por outro que o serviço militar seja efectivamente cumprido por todos os jovens portugueses. Mas, da intenção ao acto, vai por vezes uma distância intransponível. E é justamente com a finalidade de limitar o aparecimento dos imponderáveis que se ensaia esta reflexão sobre questões tão ligadas ao futuro do Serviço Militar Obrigatório:

Qual o significado concreto de «serviço militar prolongado»? Por quantos anos, e até que idade, se pode manter uma praça em serviço militar prolongado? Os níveis salariais e outros incentivos a pagar às praças em serviço militar prolongado tornam essa actividade competitiva no mercado de trabalho? Estão previstas ajudas concretas à reinserção na vida civil, ou limitar-se-ão aos habituais cursos e especializações cuja equiparação demora anos a obter nos ministérios competentes? Quais são as especialidades e serviços das Forças Armadas que carecem, para funcionar correctamente, de pessoal em regime de serviço militar prolongado? E que percentagem destas ocupações pode, ou deve, ser desempenhada por funcionários civis, ou por empresas especializada, em regime de avença ou prestação de serviços? Quem vai, no futuro, assegurar as tarefas oficiais e outras especializadas, e também uma infinidade de serviços indiferenciados de que se ocupa actualmente o SMO? E por fim sabe-se, ao menos aproximadamente, quanto custa Redimensionar, Reestruturar e Reequipar as Forças Armadas?

⁽¹⁾ GERALDES, Cor. Tir. João Carlos de Araújo, Palestra proferida na 1.ª Jornada CESEDEN-IDN, Madrid, Março 1988.

As respostas a estas perguntas, se outros méritos não tivessem, permitiriam pelo menos detectar o entendimento do poder sobre os contornos da profissionalização na nova estrutura das Forças Armadas e, a partir daí, fazer um primeiro comentário relativo ao grau desejável de profissionalismo.

As Forças Armadas são, como muito bem se sabe, um instrumento indispensável da política de defesa. Que cada cidadão procure tornar-se apto a integrar essa tarefa colectiva constitui a exigência mínima duma cidadania responsável ⁽²⁾ e, nesse sentido, a intenção de alargar o universo dos incorporados, eliminando as actuais desigualdades, é uma medida muito positiva. De facto, nos últimos 10 anos, o valor médio da conscrição foi de 107 000 homens, e o contingente incorporado de cerca de 42 500.

Além disso, a redução da duração do SMO, visando minimizar os transtornos causados aos cidadãos sem prejudicar a aprendizagem do essencial, afigura-se uma medida igualmente positiva e muito desejável ⁽³⁾.

Também o eventual aumento dos custos financeiros deve ser ponderado, mas assumido como contrapartida de medidas que beneficiam o país e cada um dos cidadãos.

A primeira das questões de fundo que, inadequadamente resolvidas, podem redundar em grave prejuízo da política de defesa nacional, é a da profissionalização. A História ensina-nos que só as civilizações em estado terminal ou demasiado viciadas na abundância se entregam à guarda de mercenários, os quais, por via de regra, na falta de incentivos morais, desdescuram o cumprimento das obrigações «profissionais», raramente empenhando a vida na defesa das cidades; o normal desenvolvimento das sociedades e o crescimento ou manutenção do seu poder estão relacionados com a existência de uma forte vontade social de preservar e difundir valores em que acreditam, estando os seus membros, ao contrário do que acontece com os «profissionais», dispostos a bater-se por eles.

A profissionalização, ao mesmo tempo que introduz, no interior das Forças Armadas, pontos de vista e comportamentos mais congruentes com os da sociedade, valoriza os conceitos de lucro e produtividade, e estes

⁽²⁾ Até há pouco tempo, o cidadão suíço que recusasse cumprir o serviço militar perdia automaticamente a cidadania. Desconhece-se se o sistema se mantém.

⁽³⁾ Pode reduzir-se significativamente o tempo reservado à instrução básica e de combate, se se instalarem os instruendos em local apropriado no exterior do quartel, e se se utilizar um regime intensivo de transmissão dos conhecimentos, com um mínimo de tempos mortos. A redução pode atingir facilmente 25 a 30 por cento do tempo total.

influenciam os potenciais voluntários para servir nas Forças Armadas a decidir segundo padrões mais relacionados com a lógica do mercado do que com os valores morais que lhes incumbe defender.

As consequências de uma tal atitude estão à vista: perda do sentido nacional da missão; desvalorização do sentimento de prestar à comunidade um serviço de natureza especial, penalizante mas honroso; equiparação da carreira militar ao conjunto das «profissões civis»; e, por fim, criação de condições pouco atractivas para os jovens, dos quais só os menos qualificados e os de menor capacidade competitiva escolherão servir nas Forças Armadas; e estes, tendendo a reproduzir os comportamentos dominantes nas relações de trabalho, acabarão a reivindicar condições de trabalho e estatutos remuneratórios, utilizando métodos e instrumentos capazes de destruir a eficiência e a operacionalidade da força armada.

No plano teórico confrontam-se duas perspectivas principais a respeito da profissionalização. Para Huntington, os políticos fixam os objectivos e os militares preocupam-se em alcançá-los sem se interessarem pelo seu valor intrínseco ou pelas suas consequências. Este modelo, que alguns autores designam por *profissionalismo radical*, é na sua opinião o que melhor garante a efectiva subordinação e eficiência; mas é incontestável que favorece a criação de um corpo profissional fechado, tendencialmente inclinado à defesa de valores corporativos.

A este modelo contrapõe Janowitz o do *profissionalismo pragmático*, sugerindo que o militar mantenha uma atitude de neutralidade política, sem no entanto permanecer indiferente às consequências políticas dos seus actos. Conseguir-se-á, desta forma, uma mais completa integração dos militares na sociedade; mas também é verdade que, ao homogeneizar esta, fornece àqueles os instrumentos de acção política que o primeiro modelo não proporciona.

O ideal seria que a extensão do profissionalismo reflectisse o essencial das características sociais, económicas e políticas da comunidade, preservando as tradições do relacionamento entre as Forças Armadas e a sociedade.

Outro aspecto a considerar quanto à profissionalização é a sua capacidade potencialmente desagregadora da coesão nacional e da vontade de defesa:

- quanto mais acentuada for a profissionalização, menos cidadãos são chamados às fileiras e portanto menor é o número dos aptos a colaborar na defesa militar;
- quanto menos cidadãos forem incorporados, mais generalizado será o alheamento relativo à problemática da defesa, designadamente da militar;
- quanto maior for este alheamento, mais profunda a ignorância quanto à natureza e verosimilhança das ameaças, menor a vontade de defesa e mais fraca a coesão social.

Além disso, a profissionalização é o sistema que pior serve o imperativo legal (Título III, n.º 5, alínea c), do Conceito Estratégico de Defesa Nacional) de «estruturar o serviço militar obrigatório enquanto modo de participação directa dos cidadãos na actividade de defesa militar e *organizar a resistência dos cidadãos* face à eventualidade de uma invasão previsível».

Com efeito, o número de cidadãos incorporados, e como tal instruídos e preparados para integrar a defesa militar do país, varia de forma inversa à extensão do profissionalismo nas Forças Armadas. Portanto, quanto mais elevados forem, proporcionalmente à conscrição, os efectivos do núcleo permanente profissionalizado, mais reduzido será o efectivo dispondo de instrução militar e apto a integrar com eficácia a resistência activa. Além disso, os cidadãos que não passem pelas fileiras perdem a oportunidade de reforçar a crença em valores como a disciplina, a honra e o patriotismo, indispensáveis a qualquer combatente, mormente quando o combate é clandestino.

Finalmente, deve ter-se em conta que o imperativo de «organizar a resistência dos cidadãos face à eventualidade de uma invasão previsível» é de difícil concretização, e deve como tal ser contestado: no plano conceptual, duvida-se que possa ser considerado como opção estratégica do Estado; no plano prático, por se tratar de actividade de adesão individual, em segredo de consciência, sendo portanto insusceptível de preparação prévia.

Mas a profissionalização também possui vantagens:

- assegura uma reacção mais eficiente e oportuna da defesa militar contra ameaças menores em áreas restritas;
- faculta um mais elevado grau de prontidão do núcleo da defesa activa;
- aumenta a disponibilidade das Forças Armadas para colaborar em acções de interesse público com mais elevado grau de eficiência. Anote-se, porém, que estas não são, presentemente, as Missões Principais das Forças Armadas e como tal não devem prejudicar o aprontamento adequado àquelas, pelo menos enquanto o normativo legal não estabelecer uma prioridade diferente para as Missões das Forças Armadas;
- proporciona um enquadramento mais adequado da defesa militar, em caso de mobilização geral;
- garante maior eficiência na operação dos sistemas de armas, designadamente dos equipamentos com maior incorporação tecnológica ou que requeiram manuseamento especialmente cuidado;
- permite projectar na opinião pública uma imagem de disciplina, aprumo, atavio e, conseqüentemente, de eficiência e operacionalidade inalcançáveis pelos militares do SMO (*).

Continuam também por esclarecer certos aspectos relativos ao grau de especialização alegadamente requerido por muitas das funções actuais das Forças Armadas, e designadamente quanto à operação e sustentação dos equipamentos de elevado índice tecnológico. Vejamos:

- o nível de instrução técnica e técnico-profissional da juventude portuguesa, bem com a generalidade dos seus conhecimentos teóricos, cresceu de uma forma exponencial nos últimos dez anos. O resultado é uma maior capacidade de absorção dos conhecimentos,

(*) A ideia que o cidadão comum faz das Forças Armadas baseia-se mais em aparências do que num balanço racional de aspectos positivos e negativos. Uma vez que a maior parte — e a mais significativa! — das actividades militares decorre por trás dos muros da Instituição, o cidadão aprecia as Forças Armadas duma forma marcadamente subjectiva, que leva em conta a recordação do seu próprio SMO e o comportamento dos militares fardados em sociedade. Daí a importância de o período de prestação do SMO decorrer de forma agradável, não dando motivo a que o conscrito o considere tempo perdido.

possibilitando a redução de todos os períodos de instrução, com especial ênfase nas especializações mais exigentes.

Esta constatação permite aliás considerar a adopção de uma medida que nem sequer é inédita, pois já está testada em diversas Forças Armadas de países ocidentais (p. e. os EUA e a Itália). Trata-se da possibilidade de entregar o comando dos pelotões de instrução básica a sargentos (os postos destes seriam oportunamente fixados), com o que se poderia alargar os efectivos dos postos superiores dos sargentos, libertando simultaneamente os subalternos do Quadro Permanente para funções de estudo, supervisão e enquadramento de grupos de pelotões.

Trata-se, evidentemente, de uma proposta carecendo de estudo aprofundado; no entanto, algumas considerações são desde já possíveis:

- o aumento da conscrição, mesmo repartido ao longo do ano, vai exigir um número maior de comandantes de pelotão e de secção;
- este aumento não pode, nem deve por razões óbvias, fazer-se por ampliação do Quadro Permanente de oficiais;
- resta então comparar as vantagens e os inconvenientes do recurso a um número maior de subalternos milicianos, pouco experientes e duvidosamente motivados, com o aumento dos QP dos sargentos, com habilitações académicas similares, maior experiência e motivação mais elevada.
- A manutenção e operação da esmagadora maioria dos sistemas de armas e restantes equipamentos tecnologicamente avançados não requerem conhecimentos superiores aos dos operadores de sistemas informáticos; esta qualificação está hoje muito difundida entre a juventude, não parecendo difícil a especialização dos efectivos necessários.

Na mesma linha, devem repensar-se as vantagens e os inconvenientes — incluindo financeiros — de os militares, durante a prestação do SMO, saírem e entrarem dos quartéis à paisana, tendo em conta justamente a forma como essa decisão pode influenciar a opinião pública, sem esquecer que, em Portugal, os jovens conscritos são os únicos militares que fazem uso de uniforme no exterior dos quartéis, e são eles quem, mal e bem fardados, são apreciados pela opinião pública.

Esta constatação, se confirmada pela prática, permitirá encarar com relativo optimismo o preenchimento das necessidades das Forças Armadas em áreas afectas ao serviço militar prolongado.

- A operação de sistemas sofisticados, communmente considerada uma tarefa aliciante, pode revelar-se, na verdade, entediante e desmotivadora. Os operadores dos sistemas de armas, «condenados» a repetir até à exaustão procedimentos rotineiros, sem que alguma vez cheguem a «carregar no botão», quanto tempo poderão encontrar sentido naquele trabalho? Alguma vez semelhante tarefa pode representar uma profissão?

É pois indispensável definir com muito realismo o perfil funcional de todas as actividades das Forças Armadas, em ordem a fixar com correcção quais delas carecem de pessoal em regime de prestação de serviço prolongado. E, fixadas aquelas, devem igualmente ser garantidas as condições destinadas a evitar frustrações e desencantos onde eles possam ser evitados, tais como, por exemplo, os operadores de máquinas de engenharia ou os condutores dos carros de combate não operarem os seus equipamentos por falta de verbas para o combustível.

Esta questão é importantíssima, pois o entendimento que sobre ela se fizer influenciará decerto a distinção entre profissionalismo e serviço militar prolongado, a duração máxima deste e o programa de incentivos à reinserção na vida civil.

Quanto à duração, é evidente que terá de haver limites para a permanência dos conscritos nas fileiras, a não ser que, por sua iniciativa e nos termos da lei, concorram com sucesso aos Quadros Permanentes de oficiais e sargentos⁽³⁾. Por razões diversas: primeiro, só em casos muito excepção-

⁽³⁾ Em diversos países ocidentais existe legislação aplicável, variável de país para país. O actual SACEUR, general GALVIN, começou a sua carreira militar como soldado do exército dos EUA. Porém, como muito bem sabe quem alguma vez se interessou pelo assunto, as diferentes proveniências dos oficiais das Forças Armadas portuguesas, com os seus quadros e carreiras muito diferenciados, têm provocado situações de melindre e contestações variadas, havendo uma corrente que propõe que o acesso ao oficialato seja reservado aos militares que terminem com aproveitamento os cursos das Academias Militares.

nais uma praça poderá manter, para lá dos 30/35 anos, as condições físicas requeridas pelo exercício das funções; segundo, é até esta idade que deve ocorrer a reinserção na vida civil; terceiro, certas funções militares mais rotineiras, se muito prolongadas no tempo, podem criar hábitos de ociosidade que dificultem a reinserção; quarto, a permanência na situação de praça significa que não se quis, ou não se pôde, durante todos esses anos, ascender à categoria superior, não sendo de estranhar manifestações de frustração e algum desinteresse; quinto, não é desejável que os jovens graduados sejam encarregados de comandar praças significativamente mais velhas do que eles.

Deve ser estipulado um prazo, não excedendo os 5/6 anos, para ingresso nos QP findo o qual os conscritos regressarão à vida civil, qualquer que seja o seu posto. Além disso, deve ser ponderada a oportunidade da declaração de voluntariado. A meu ver, tal opção só poderia ser tomada após a prestação do SEN, para evitar escolhas sem conhecimento de causa e as consequentes situações de inconformismo.

Os incentivos à reinserção na vida civil, mesmo para os graduados dos QP (*), são um importante instrumento da política de gestão de pessoal. Com efeito, «a política de reconversão favorece o recrutamento de jovens quadros que pretendam uma carreira militar curta, ao mesmo tempo que reforça o moral dos desiludidos com o progresso na carreira. Quanto aos conscritos, a sua inserção profissional inscreve-se naturalmente no quadro da formação e emprego dos jovens franceses» (1;185).

Em França, a política de reconversão é definida pelo État Major des Armées e o orçamento é gerido por um organismo do Ministério das Forças Armadas, a Missão para a Mobilidade Profissional, que centraliza a gestão dos créditos, a concepção e conduta das acções de conversão dos militares no activo, de inserção profissional e de acção sócio-educativa e da ajuda à mobilidade dos conscritos. Comporta quatro tipos de medidas: de incentivo à partida, bastante atractivas; de integração na função pública

(*) Segundo Maurice Faivre, em artigo publicado na revista «Défense Nationale» de Maio de 1990, no período compreendido entre 1982 e 1988, cerca de 55 por cento dos oficiais, bem como dos sargentos de carreira que deixaram as Forças Armadas francesas, tiveram ajuda à reinserção na vida civil.

De acordo com o autor, «a evolução das mentalidades e das políticas sociais levaram as mais altas autoridades do Estado a reconhecer a segunda carreira dos militares como um direito ao trabalho» (5;184).

em empregos reservados e sob concurso; de reconversão em empresas públicas ou privadas depois de estágio apropriado; e de inserção profissional dos jovens.

Todas estas questões entroncam no depoimento prestado pela socióloga Maria Carrilho ao «Diário de Notícias» de 25 de Fevereiro de 1990:

«E como se inserem as Forças Armadas na sociedade portuguesa? Qual a legitimação social das Forças Armadas? Esta questão não é uma questão filosófica, mas é uma questão muito concreta. Todos nós sabemos muito bem que há muitos oficiais que hoje se sentem desmotivados, que se sentem separados e até, de certo modo, quase discriminados pela sociedade envolvente, e que a grande parte dos jovens, a maioria dos jovens, gostaria de evitar a prestação de serviço militar. Há aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem.

Realmente o serviço não é, no fundo, geral nem obrigatório, e a fundamentação política, que é profundamente correcta, para o Serviço Militar Obrigatório, que foi aqui também referida, e que é a principal meta, a de proporcionar às Forças Armadas um conjunto representativo dos vários estratos e camadas sociais da população portuguesa, deixa de estar a acontecer. Não só porque há determinados sectores que começam a duvidar do serviço militar, seja por cima, seja por baixo, eu explico melhor, por exemplo, os jovens com menos formação, com menos preparação são mais facilmente isentos do serviço militar.»

Este depoimento tem a virtude de conduzir a reflexão para a mais importante de todas as áreas relacionadas com a problemática da defesa: a da opinião pública. Na verdade, travam-se nesta área importante batalhas, cujo sucesso é indispensável à formulação e execução de uma verdadeira política de defesa nacional.

A primeira respeita aos orçamentos. Numa primeira fase — e nisso não se distingue o Ministério da Defesa dos restantes Ministérios —, contestam-se as verbas globais atribuídas às Forças Armadas. Depois, quando os valores já estão fixados, são os Ramos que argumentam contra a sua repartição. Há, em todo este processo, aspectos facilmente compreensíveis, como o facto de os recursos, escassos, jamais satisfazerem as expectativas dos responsáveis. Já se não entende, porém, que subsistam discrepâncias significativas a respeito da utilidade e oportunidade dos meios a adquirir e que os respectivos custos de sustentação com frequência se revelem, e

para surpresa geral, inoportáveis; que se eternizem as dúvidas sobre a conveniência dos Ramos coordenarem uma parte substancial das actividades; que, na falta de esclarecimento adequado e em matéria de altíssima revelância nacional, se dê tão frequente voz à ambiguidade e à demagogia.

Nesta linha de raciocínio, a leitura do «Livro Branco da Defesa Nacional», 1986, pág. 73, provoca uma forte perplexidade. Ali se lê «... que, de facto, o sistema geral das nossas Forças Armadas não projecta a credibilidade bastante para constituir, nessa medida, o factor de dissuasão suficiente, necessário e ajustado à situação do país». Esta inadequação, assumida como consequência de constrangimentos inultrapassáveis, sobretudo de ordem financeira, impõe que se comparem, com seriedade, as necessidades avançadas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional com as existências constantes da publicação do EMGFA «Normas e Orientações para a Actuação das Forças Armadas», 1989. Importa averiguar se os sistemas de armas em aquisição e os sistemas de forças em levantamento preenchem os requisitos do Conselho Superior de Defesa Nacional e se o programa dispõe de recursos humanos e financeiros adequados, pois não é aceitável, sob qualquer ponto de vista, que se prolongue o sentimento de que «de facto, o sistema geral das nossas Forças Armadas não projecta a credibilidade bastante para constituir, nessa medida, o factor de dissuasão suficiente, necessário e ajustado à situação do país».

A este respeito, certos sectores persistem em afirmar que a defesa nacional envolve custos necessariamente elevados que têm de ser aceites pelo cidadão sob pena de, aquém dum certo patamar, a defesa ser irrelevante e então mais valer não gastar coisa nenhuma com ela.

Este argumento é evidentemente falacioso. Ter uma estrada é melhor do que não ter nenhuma, aprender a ler e a contar é melhor do que continuar analfabeto, e dispor de uma espingarda é melhor do que não possuir qualquer arma. Parece pois mais correcto evitar as opiniões emocionais, procurando antes sensibilizar a opinião pública para as vulnerabilidades actuais e para a conveniência de as eliminar ou reduzir no mais curto espaço de tempo.

E esta tarefa — a de fazer com que a opinião pública acredite nos riscos e nas ameaças que podem perfilar-se contra os interesses de Portugal — é a segunda, e decisiva, batalha a ganhar.

De facto, a ameaça tem de ser considerada em dois planos: no da percepção e no da contenção, e isto tanto pelo poder como pela opinião pública. De facto, qualquer política de defesa só faz sentido na presença de uma ameaça. Esta pode ser mais ou menos evidente, pode ser meramente latente ou claramente expressa, pode coagir ou pode apenas estar atenta e pronta a explorar vulnerabilidades alheias. E pode, por fim, ser levada a cabo ou inspirada pelos interesses dos amigos, que não dos inimigos. De uma forma ou de outra, terá que ser apercebida como algo que põe em risco o interesse nacional e que exige, portanto, uma resposta colectiva: dos cidadãos na dupla qualidade de soldados e de contribuintes; do governo enquanto responsável pela política de defesa.

Para o cidadão da Europa livre, que se habituou a identificar a URSS com A AMEAÇA, a hora é simultaneamente de júbilo e de alguma desorientação. A perspectiva do desarmamento europeu — no mínimo do seu controlo — como prólogo de uma nova ordem política, fá-lo sonhar com a paz definitiva. E cega-o, não só para o acervo de novas e velhas ameaças que sempre espiam o bem-estar e a segurança das nações, mas também para os perigos escondidos nas pregas da Perestroika.

Resumindo:

O conjunto de questões relacionadas com a problemática do Serviço Militar Obrigatório é vastíssimo, não se pretendendo com este trabalho senão abordar algumas delas — porventura, na opinião do autor, as menos frequentemente ou menos adequadamente levadas ao conhecimento dos portugueses.

Começou-se por considerar globalmente positiva a intenção do governo de reduzir a duração do SMO, alargando a incorporação à totalidade dos conscritos.

Em seguida procurou-se analisar a profissionalização, destacando os aspectos principais do debate teórico, as suas vantagens e inconvenientes e os motivos que a tornam desaconselhável. Recordemos:

- A defesa nacional compete a todos os cidadãos, os quais, fortemente empenhados nela, garantem uma fidelidade à missão que não existe nos «mercenários».

- A História está recheada de episódios exemplares acerca da sorte das cidades que confiaram a sua defesa a «profissionais».
- A profissionalização das Forças Armadas valoriza conceitos como o lucro e a produtividade, e estes influenciam os potenciais voluntários a decidir segundo padrões totalmente alheios aos valores morais que devem orientar a conduta do soldado.
- Os níveis remuneratórios e outros incentivos ao serviço militar não são, por norma, competitivos no mercado de trabalho; assim, só os jovens menos qualificados e de menor capacidade competitiva escolherão servir nas Forças Armadas.
- A profissionalização introduz nas Forças Armadas comportamentos e atitudes mais congruentes com os da sociedade; em consequência, os soldados acabam reivindicando condições de trabalho e remuneratórias, recorrendo a métodos e instrumentos atentatórios da eficiência e da operacionalidade.
- A profissionalização pode contribuir para diminuir a coesão social e a vontade de defesa, por reduzir o número de cidadãos aptos a pegar em armas e sensibilizados para a defesa dos valores nacionais. Pelas mesmas razões, também se revela desajustada relativamente ao imperativo legal de «...organizar a resistência dos cidadãos...».
- A profissionalização assegura uma mais elevada prontidão do núcleo da defesa activa, melhor enquadramento da mobilização, mais correcta operação dos sistemas de armas, melhor imagem pública e reacção mais pronta e eficaz contra ameaças menores em áreas restritas.

Esta análise é indispensável porque, não estando definida a extensão da profissionalização, é a altura indicada para pôr em destaque os seus aspectos mais marcadamente negativos, quase sempre negligenciados nas opiniões e estudos vindos a público. Por tudo quanto ficou dito — e que, recorde-se, não teve em conta considerações de ordem financeira com toda a certeza muito penalizantes da opção profissionalizante —, parece mais aconselhável uma clara rejeição da profissionalização, optando-se antes pelo Serviço Militar Prolongado. Os conceitos constróem-se com palavras e não é indiferente que desde já se fale numa coisa ou na outra.

O segundo aspecto focado foi o da especialização, que mereceu os seguintes comentários:

- O mais elevado nível de instrução teórica e técnico-profissional da actual juventude permite reduzir os períodos de instrução.
A transferência do local de instrução do interior dos quartéis para áreas seleccionadas no campo, permitiria acelerar ainda mais a instrução.
- Pelo mesmo motivo é possível entregar o comando de pelotões de instrução a sargentos do QP em substituição dos oficiais milicianos; ficaria assim liberta uma boa parte dos subalternos do QP para funções de supervisão, estudo e enquadramento de grupos de pelotões.
- A aptidão de um elevado número de jovens na área informática, leva a crer que será fácil dispor dos efectivos necessários à operação dos sistemas e equipamentos tecnologicamente mais avançados.
- É necessário definir com muito rigor o perfil funcional das actividades a desenvolver nas Forças Armadas, em ordem a concluir quais delas exigem pessoal em regime de serviço prolongado.
Quanto a estas funções, deve-se evitar que a insuficiência de verbas continue a causar frustrações nos operadores inactivos.

Quanto à duração do serviço militar prolongado, sugeriu-se que não devia ultrapassar os 5/6 anos, com data limite à volta dos 30 anos, altura em que o conscrito deverá optar entre o ingresso nos QP de oficiais ou sargentos ou regressava à vida civil.

Falou-se igualmente de incentivos. Primeiro para destacar a importância deles no aliciamento de voluntários; depois para recordar os perigos duma política de incentivos que desdenhe dos valores morais. O serviço militar é um serviço especial, de âmbito nacional, penalizante mas honroso, e só nesse plano é que pode justificar-se; esquecê-lo é permitir que se encare o serviço da Nação como uma qualquer outra profissão, na qual os militares não encontram sentido e pela qual os cidadãos não nutrem qualquer respeito.

Estas considerações não devem contudo desvalorizar a importância de o Serviço Militar ser competitivo no mercado de trabalho, sob pena de o voluntariado vir a revelar qualidade deficiente.

A última reflexão importante foi dedicada à opinião pública, sem cuja adesão não é possível conceber e levar a cabo uma verdadeira política de defesa nacional. É preciso que ela entenda o valor e significado das ameaças que espreitam o nosso país e que aceite pagar, tanto internamente como no plano internacional, o preço devido. O que não pode é continuar-se a dizer, como consta do *Livro Branco da Defesa Nacional*, pág 73, que o sistema geral das nossas Forças Armadas não projecta a credibilidade bastante para constituir, nessa medida, o factor de dissuasão suficiente, necessário e ajustado à situação do país.

Nuno António Bravo Mira Vaz

Coronel Pára-quedista
Assessor do IDN

BIBLIOGRAFIA

- FAIVRE, Maurice, *La Reconversion des Militaires dans la Vie Civile*, revista «Défense Nationale», Maio 1990.
- IBIDEM, revista «Défense Nationale», Junho 1990.
- GERALDES, Cor. Tir. João Carlos de Araújo, palestra proferida na 1.ª Jornada CESEDEN-IDN, Madrid, Março 1988.
- HARRIET-JENKINS, Gwin, *The Concept of military professionalism*, revista «Defense Analysis», Vol. 6, n.º 2, 1990.
- «Livro Branco da Defesa Nacional», Ministério da Defesa Nacional, 1986.
- «Normas e Orientações para a Actuação das Forças Armadas», EMGFA, 1989.

A DEFESA NO MUNDO

Com a colaboração do ISNG

A DEFESA NO MUNDO

«TIME» (REINO UNIDO), de Janeiro de 1990

Num conjunto de artigos sob a epígrafe «Man of the Decade», este artigo expressa a opinião de que Gorbachev está mostrando ao Ocidente que a ameaça soviética não é aquilo que foi usado como tal, acrescentando que, durante mais de quatro décadas, a política ocidental se tinha baseado num grotesco exagero daquilo que a URSS tinha capacidade de fazer. Com efeito, Gorbachev tinha mostrado, em alguns aspectos, que onde o Ocidente pensava que a União Soviética era forte, ela era, de facto, fraca. Daí a necessidade de olhar novamente para a URSS sob uma óptica diferente.

Tem predominado a preocupação de avaliar o inimigo pelas suas capacidades e não pelas suas intenções, pois o inimigo pode dissimular as intenções ou estas podem mudar de um ano para o outro; as capacidades, pelo contrário, são mais constantes; elas podem ser avaliadas objectivamente, são mais difíceis de mudar e mascarar e uma vez que tenham mudado, são mais difíceis de retomar.

Até agora, os espíritos e os computadores dos ocidentais em matéria de defesa tinham-se concentrado em dois perigos, cada um deles uma variante de um episódio devastador que ocorreu há cerca de meio século: um ataque com blindados à Europa Ocidental, uma reposição de ataque relâmpago de Hitler em direcção ao canal de Inglaterra; o outro, um Pearl Harbor nuclear, um ataque maciço de mísseis balísticos intercontinentais soviéticos que podia apanhar as armas americanas nos seus silos. Para fazer acreditar que a União Soviética era capaz de desencadear e vencer uma guerra contra o Ocidente, tinha-se aceitado uma dúbia imagem da URSS: um lugar onde nada funciona, com a proeminente e crucial excepção de duas organizações — as Forças Armadas e o KGB. Um Kremlin que não podia colocar comida nas mesas do seu povo, podia colocar uma ogiva de «SS-18» sobre um

silo «Minuteman» no Dakota do Norte, a cerca de 5000 milhas de distância; apesar de 15 a 20 por cento dos cereais colhidos nas herdades colectivas se perderem ou caírem de tractores antes de chegar às cidades, um ataque relâmpago soviético através da Alemanha Ocidental podia ser o protótipo da eficiência militar.

Adicionalmente, na contagem de cabeças com capacetes e na inventariação do equipamento pesado inimigo, a aritmética americana do receio era sempre afectada por um factor ideológico multiplicador.

Neste momento, porém, um novo consenso está emergindo, o de que a ameaça soviética não é aquela que parecia ser.

As medidas anunciadas e tomadas por Gorbachev nas reduções unilaterais de armamento permitem concluir «que, uma vez completadas, eliminam virtualmente a ameaça de um ataque de surpresa, a qual tem, desde há muito, preocupado os planeadores da OTAN».

É também tempo de pensar seriamente acerca da eventual reforma da OTAN, é ainda a melhor barreira contra a instabilidade e contra os conflitos potenciais, até que algo mais actualizado e efectivo possa ser criado para tomar o seu lugar. Neste sentido, James Backer, num seu discurso em Berlim Ocidental, parece ter feito convite aos estadistas e pensadores ocidentais para se juntarem na procura de novas ideias e instituições que possam garantir a segurança de uma Europa pós-guerra fria. Talvez uma Ordem Internacional transformada possa conter tropas americanas e soviéticas numa Alemanha dividida, ou navios de guerra americanos no mar do Sul da China. Mas os objectivos destes desenvolvimentos devem ser honesta e claramente definidos.

Gorbachev e a Perestroika podem falhar. A URSS pode retrogradar ao seu comportamento passado. De um modo geral, o pensamento americano recente tem estado muito focalizado na questão do que os EUA podem fazer para «ajudar» Gorbachev, por se anteverem perigos e riscos nas transformações internas da URSS e na formação de uma nova Ordem Internacional. Quanto a este último aspecto, parece de destacar o facto de o endividamento e a pobreza do Terceiro Mundo ameaçarem a consolidação da sua democracia, assim como as consequências da emergência do Japão, como uma superpotência económica, afirmando que os EUA podem ter ganho a guerra fria contra a URSS mas têm um longo caminho a percorrer para não perderem a guerra do comércio e da tecnologia com o Japão.

«ADELPHI PAPERS» (REINO UNIDO), n.º 251, Verão de 1990

Na maioria das vezes, a questão da segurança tem sido analisada em termos de relações de poder entre estados e, ainda mais especificamente, em termos de defesa militar contra ameaças externas. Além disso, na maioria dos países referidos normalmente como sendo do Terceiro Mundo (ou, de preferência, países em desenvolvimento) a segurança é um fenómeno ainda mais complexo.

Nestes países, os níveis internos e externos da segurança nacional são interdependentes, devido à vulnerabilidade e penetrabilidade da maioria das sociedades e economias em desenvolvimento.

Em muitos sentidos, os problemas da segurança nos países em desenvolvimento deveriam ser mais apropriadamente discutidos no âmbito da sua insegurança devido à ausência de sociedades coesas, economias desenvolvidas e estruturas estatais estáveis. Factores tais como desenvolvimento económico dívida externa, demografia, emigração, conflitos comunais, rivalidades religiosas e ainda ameaças internas, desafios ambientais, causas da debilitação, luta pela sobrevivência, dimensões militares da segurança, produção de armamentos, devem ser canalizados e ponderados para concluir que nos países em desenvolvimento os problemas sociais têm na segurança uma dimensão especial, de que resultam várias implicações práticas para o conceito da segurança nesses países:

- A existência de uma contradição óbvia entre os aspectos internos e externos da segurança, podendo exigir requisitos contraditórios.
- A obtenção da segurança nacional constitui a base para a condução das relações regionais pelos países em desenvolvimento.
- A segurança depende da capacidade em gerir o ambiente a três níveis: doméstico, regional e internacional.

Porém, fontes oficiais asseguram que as forças onde se concretizará a colaboração militar espanhola serão, preferentemente, «as naturais das nossas operações e interesses estratégicos».

Assim, no que respeita ao Atlântico Oriental a área de interesse exclusivo espanhol poderia, segundo peritos da Armada espanhola, ficar delimitada pelo cabo Brest (França) ao Norte, o cabo Branco (Sara) a Sul e as ilhas dos Açores a Oeste.

De qualquer forma, o Ministro da Defesa de Espanha deixou bem claro, em conferência de Imprensa que posteriormente concedeu, que «a nossa contribuição para a OTAN se processará por missões e não por zonas geográficas».

Em termos de forças, praticamente todas as unidades de elite das Forças Armadas Espanholas tomarão parte, nos termos destes acordos, em operações da OTAN.

«REVISTA ESPAÑOLA DE DEFENSA» (ESPAÑA), de Junho de 1990

José Manuel Sanz, correspondente da RED em Bruxelas, dá conta do que são os primeiros Acordos de Coordenação entre a Espanha e a Aliança Atlântica onde é definida a contribuição espanhola para a defesa comum. Estes acordos foram assinados em 21 de Maio de 1990 pelo Chefe do Estado-Maior da Defesa de Espanha, Tenente-General Puigcerver, na presença do representante permanente da Espanha e dos três Comandantes Supremos da OTAN para a Europa, o Atlântico e o canal da Mancha.

Os dois documentos estabelecem, com carácter secreto, mecanismos de coordenação operacional e definem o que será a contribuição individual espanhola em dois campos específicos do dispositivo defensivo aliado: a defesa aérea do território nacional espanhol e suas áreas adjacentes e as operações aeronavais na parte oriental do oceano Atlântico.

A necessidade destes acordos de coordenação entre os Comandos Espanhóis e os da OTAN deriva do facto da Espanha não fazer parte da estrutura militar integrada da Aliança.

Este facto determina para a Espanha que todas as suas Forças estarão sempre sob comando espanhol, inclusive em tempo de guerra, embora participem em tarefas e missões comuns de defesa nas circunstâncias, condições e áreas geográficas descritas nestes acordos de coordenação.

Contudo, estabelece-se uma diferença entre o que é o Comando das unidades com que a Espanha poderá colaborar na OTAN (e que, como foi dito, será sempre exercido por militares espanhóis) e o controlo operacional dessas unidades que poderia ceder-se a um Comandante Aliado quando a eficácia da missão o requeira. Admite-se ainda que, naturalmente, Forças Aliadas poderão ficar sob comando de militares espanhóis, quando se trate de cumprir missões concretas.

Devido à sua natureza classificada não são conhecidos os conteúdos dos acordos.

Entre elas, os analistas da OTAN destacam as possibilidades do Grupo de Combate da Armada (constituído pelo porta-aeronaves «Príncipe das Astúrias» e seus escoltas), a futura «Força de Intervenção Rápida», a «Brigada Pára-quedista», o «Grupo Anfíbio da Armada», as «Forças Aeromóveis do Exército de Terra» e os «Aviões de Combate 'F-18'».

Nos próximos meses, a Espanha e a OTAN concluirão outros dois acordos sobre «Defesa do Território Nacional» e «Operações no Mediterrâneo Ocidental».

«SCIENTIFIC AMERICAN» (EUA), de Junho de 1990

Os americanos conseguiram manter em segredo o avião de combate invisível «F-117 A», durante mais de 10 anos, embora aqueles aviões voassem todos os dias (durante a noite), tendo sido por vezes tomados como sendo um OVNI (Bélgica). A história do «F-117 A» começa no princípio de 1973, com o lançamento pela USAF e pela DARPA do programa CSIRS (Covert Survivable In-weather Reconnaissance Strike), mais conhecido pelo nome de código «HAVE BLUE».

Em 1976, as duas firmas envolvidas no desenvolvimento do avião efectuaram voos de ensaio com protótipos do «XST» (Experimental Stealth Tactical). Foi a primeira vez na história da aviação que foi referido o termo *stealthy* (furtivo).

Visando o reconhecimento táctico de zonas providas de uma sólida defesa antiaérea e o ataque a objectivos prioritários, fortemente protegidos, tais como portos, centros de comando, baterias de mísseis ou antenas radar, o «F-117 A», concebido para operações nocturnas, apresenta as seguintes características principais:

Envergadura (metros)	13,23
Comprimento (metros)	19,85
Altura (metros)	3,81
Superfície alar (m ²)	239
Raio de acção (km)	643
Velocidade de cruzeiro (Mach)	0.8/0.9 (Mach 1 a 10 973 metros de altitude)

A bordo do «F-117 A» tudo foi concebido para reduzir as suas assinaturas radar e infravermelhos. Cerca de 98 por cento da energia radar que

incide sobre o avião é absorvida. A experiência adquirida com os «F-117 A» vai ser aplicada no bombardeiro «AURORA» e nos aviões de combate «YF-22» e «YF-23».

A encomenda inicial foi de 100 aviões, afirmando-se presentemente que foram construídos 59, tendo ocorrido o voo inaugural em 1981. É o avião mais caro do mundo, uma vez que cada avião custou 42,6 milhões de dólares (ou 111,2 milhões se incluirmos a pesquisa e desenvolvimento). No total, o programa custou 6,56 biliões de dólares (59 aviões).

«DEFENSE» (REINO UNIDO), de Junho de 1990

O programa EUCLID (European Cooperation for the Long Term In Defence) aprovado pelos ministros da Defesa na reunião do IEPG, no Estoril, no dia 28 de Junho de 1989, tem quase concluída a fase da definição dos programas de pesquisa. O programa identifica prioridades tecnológicas e de pesquisa, de onde sairão os projectos para as indústrias.

O programa do EUCLID foi revisto na reunião ministerial de 21 de Fevereiro de 1990, realizada na Escócia, onde foram estabelecidas várias áreas prioritárias CEPA (Common European Priority Areas), cada uma com vários projectos, e resolvido incluir as condições gerais do programa num memorando (MOU), onde seriam fixadas as condições financeiras e de gestão. Cada projecto RTP (Research and Technology Project) será liderado por um país em nome dos restantes.

Um dos objectivos da iniciativa EUCLID consiste em facilitar o desenvolvimento tecnológico por intermédio de uma pesquisa conjunta com a necessária transferência de tecnologia. Subsistem, no entanto, muitas questões por resolver, uma vez que todos os países participam numa base de igualdade. Foram já estabelecidas 11 áreas prioritárias: tecnologia dos radares aéreos modernos; sílica-microelectrónica; estruturas de compósitos; sistemas modulares de aviónicos; artilharia electromagnética; inteligência artificial; manipulação de assinaturas (stealth); equipamentos opto-electrónicos; tecnologia dos satélites de vigilância; tecnologias submarinas; factores humanos (simuladores de treino).

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUÍÇA), de Junho de 1990

A atitude intransigente de Moscovo contra as repúblicas soviéticas do Báltico, que pretendem a independência, pode ser motivada por considerações militares, além dos factores político e económico. Com efeito, desde a sua anexação em 1940, a Estónia, Letónia e Lituânia adquiriram uma enorme importância estratégica para a União Soviética ao proporcionarem 1000 km de acesso ao Báltico. Desde então, os soviéticos têm construído maciçamente infra-estruturas militares ao longo da costa.

Com o seu quartel-general em Kalinigrado, a Esquadra Soviética do Báltico conta com 87 000 marinheiros, 460 navios de guerra, 26 navios anfíbios, 150 aviões de combate e 35 helicópteros. Nos seus navios de guerra estão incluídos 47 submarinos, 3 cruzadores, 13 *destroyers*, 31 fragatas, além de navios-patrolha, lança-minas e draga-minas. É de longe a esquadra mais poderosa na área.

Antes da II Grande Guerra, os soviéticos tinham apenas a base naval de Kronstadt, perto de Leninegrado. Desde então, vários portos foram ampliados de modo a incluírem bases navais: Paldiski, Baltysk, Tallin, Klaiped, Riga, Kalinigrado e Liepoja. Além das forças navais, os soviéticos têm na área 14 divisões do Exército, reforçados com 1 Brigada de assalto aéreo e um número desconhecido de unidades Spetsnaz. Contam ainda com um sistema de defesa aérea em profundidade.

Até agora não se verificaram quaisquer indícios de redução de forças na área, nem tão-pouco na Península de Kola. Pelo contrário, sistemas de defesa aérea retirados da Europa Central têm estado a reforçar a área (aviões «MIG-27» e «MIG-23»). Naquelas áreas não está a ser aplicada a doutrina militar defensiva. As populações locais consideram as forças militares soviéticas como forças de ocupação, insistindo para que o serviço militar dos seus jovens seja efectuado nas próprias repúblicas.

Se as repúblicas do Báltico se tornarem independentes, todas as actuais instalações da defesa aérea terão de ser transferidas várias centenas de quilómetros para o interior e as bases da Esquadra do Báltico reorganizadas, o que acarretaria grandes custos para a debilitada economia soviética.

«NATO SIXTEEN NATIONS» (BÉLGICA), de Junho de 1990

Uma vez que as tropas podem ser transportadas a curto prazo por avião, o que não acontece com o respectivo equipamento, foi concebido o conceito

POMCUS (Prepositioned Material Configured to Unit Sets) para o armazenamento de carros de combate e outro equipamento na Europa, bem como o conceito REFORGER (Return of Forces to Germany), para demonstrar a capacidade dos EUA satisfazerem os seus compromissos para com a OTAN.

Os EUA preparam-se assim para colocar 10 divisões na Europa em 10 dias, tendo sido criado em 1964 o grupo CEGE (Combat Equipment Group Europe) para organizar o armazenamento do equipamento de 6 dessas 10 divisões, mantendo-se em condições de prontidão. As outras 4 divisões continuaram a estar sediadas na Europa.

Os países hospedeiros ficaram encarregados de fornecer o terreno, as estradas e as instalações para o material POMCUS, ficando as despesas de armazenamento, operação e manutenção a cargo dos EUA (cerca de 121 milhões de dólares por ano).

O CEGE consiste em 5 quartéis-generais e 15 companhias localizadas em 17 locais de armazenamento na Bélgica, Holanda e RFA. Ao todo existem 240 armazéns CHW (Controlled Humidity Warehouse) com 7,5 biliões de dólares de equipamento militar, ocupando cerca de 4500 pessoas. Prevista ainda a construção de mais 6 locais de armazenamento de equipamento e a ampliação de 13 dos 17 existentes, o que aumentará a capacidade de armazenamento de cerca de 93 por cento. Este programa ficará concluído em 7 anos, sendo o seu custo estimado em mais de 400 milhões de dólares. Proporcionará mais 2000 empregos.

«THE ECONOMIST» (REINO UNIDO), de 2 de Junho de 1990

Até agora, o debate sobre os próximos cortes no orçamento da Defesa do Reino Unido tem-se centrado principalmente nas preocupações dos militares. O Exército será provavelmente o ramo que sofrerá maiores cortes, uma vez que os soviéticos estão a retirar-se da Europa Central. A Marinha e a Força Aérea, sendo mais apropriadas para situações de contingência imprevistas, parecem estar mais tranquilas.

Porém, igualmente importantes são as questões relacionadas com as repercussões das reduções militares sobre a economia e as indústrias de firmas privadas. Em termos reais, as despesas com a defesa serão reduzidas de 50 por cento até ao ano 2000, o que significa um corte anual de 8 a

9 por cento, comparado com os cortes de 1 a 2 por cento que se vinham verificando desde 1985.

Segundo um estudo recente, estima-se que os efectivos militares serão reduzidos a cerca de 160 000 homens e serão despedidos cerca de 230 000 trabalhadores das indústrias, além de outros 100 000 envolvidos na produção de equipamentos de defesa destinados à exportação (2,4 biliões de dólares por ano). Por outro lado, o Reino Unido poupará anualmente cerca de 672 milhões de libras com a importação de material militar e cerca de 1,6 milhões de libras nas despesas com forças estacionadas em outros países da OTAN.

Partindo do princípio de que as poupanças com a defesa serão investidas noutros sectores da economia, o PNB aumentará no ano 2000 de 1,8 por cento mais. Haverá, porém, mais de 500 000 desempregados no país, se aquelas poupanças não forem investidas, então o PNB será 3,6 inferior no ano 2000 e o desemprego crescerá de perto de 500 000.

«U. S. NEWS AND WORLD REPORT» (EUA), de 4 de Junho de 1990

Enquanto Bush e Gorbachev se preparam para assinar acordos que irão reduzir os seus arsenais, inclusive de armas químicas e nucleares, o presidente Saddam Hussein, do Iraque, continua a despender biliões de dólares com vista a adquirir as mesmas armas. Com a ajuda dos EUA, URSS e Europa, e dispondo de verbas ilimitadas provenientes da indústria petrolífera (10 por cento das reservas mundiais), está a reunir um enorme arsenal.

Na última década gastou cerca de 50 biliões de dólares com os armamentos, sendo o maior comprador, no mercado internacional, de armas químicas, biológicas e nucleares. Nos anos 80 foi fornecido ao Iraque o seguinte armamento:

Brasil	— 500 veículos blindados de reconhecimento «EE-3» e «EE-9».
China	— 1500 carros de combate «T-59» e «T-69». 80 aviões de combate «J-7».
Checoslováquia	— 1000 carros «AIF BMP-1».
Egipto	— 100 sistemas «MLRS».

França	— 94 aviões de combate «MIRAGE».
	300 carros blindados de reconhecimento «AML-60» e «AML-90».
	60 mísseis superfície-ar «ROLAND».
	700 mísseis ar-superfície «EXOCET».
África do Sul	— 200 obuses de 155 mm.
URSS	— 500 carros de combate «T-72».
	100 carros de combate «T-62».
	350 mísseis superfície-superfície «SCUD-B».
	25 aviões de combate «MIG-29 FULCRUM».
	33 aviões de combate «MIG-25 FOXBAT».
	70 aviões de combate «MIG-23 BN FLOGGER».
	70 aviões de combate «MIG-21 FISHBED».
	30 aviões de ataque «SU-25 FROGFOOT».
	50 aviões de ataque «SU-20 FITTER».
	8 bombardeiros «TU-22 BLINDER».
	8 bombardeiros «TU-16 BADGER».
	500 obuses rebocados de 122 mm.

Além destes fornecimentos, sabe-se de outras exportações por vários países: Reino Unido (computadores), Bélgica (componentes de gás mostarda), França (reactor nuclear e sistemas de navegação dos mísseis), Itália (urânio e tecnologia nuclear), Suécia (ajuda nos projectos de mísseis), EUA (computadores, equipamentos de teste e helicópteros), RFA (bombas pesadas), etc. O Iraque dispõe presentemente dos seguintes mísseis (alguns em aperfeiçoamento) com os alcances indicados em milhas:

«AL-ABID»	1250
«TAMMUZ»	1250
«CONDOR II»	600
«AL-ABBAS»	560
«AL-HUSAYN»	400
«FAHD»	375
«SS-300»	190
«SCUD-B»	175
«FROG-7»	45

Com alguns destes mísseis pode atingir alvos situados em Israel, Irão, Kuwait, Arábia Saudita, etc. Com a ajuda da França, o Iraque construiu um complexo electrónico completo, podendo agora produzir os circuitos electrónicos para os sistemas de guiamento dos mísseis, além de outros com aplicação militar.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 14 de Julho de 1990

A OTAN está a efectuar um estudo acerca da praticabilidade de limitar a colocação dos mísseis «TASM» (Tactical Air to Surface Missile) na Europa apenas em situações de crise, ficando os mísseis permanentemente armazenados nos EUA. Em caso de necessidade viriam para a Europa em aviões militares de transporte do comando MAC.

O estudo concentra-se nas implicações estratégicas e técnicas de tal decisão, incluindo a possibilidade das guarnições dos aviões poderem treinar o lançamento de mísseis simulados.

Segundo fontes diplomáticas a RFA tem expressado a sua opinião sobre a colocação de mísseis «TASM» no seu território, embora continue a apoiar o posicionamento de armas nucleares de queda livre no seu solo. Esta questão foi discutida recentemente na reunião ministerial da OTAN na Escócia, tendo o ministro alemão declarado que o seu país continuaria a apoiar a estratégia nuclear da Aliança. Há mais de 30 anos que os aviões tácticos da RFA e dos EUA estacionados na Alemanha, estão equipados com armas nucleares.

A filosofia da OTAN sobre o lançamento de armas nucleares, não apenas por forças americanas, baseia-se no princípio de distribuir o risco pelos aliados, reforçando a dissuasão, conforme está estabelecido no documento MC 14/3 de 1967. Aguarda-se a sua actualização pelo documento MC 14/4 que satisfará os novos requisitos da OTAN.

«THE ECONOMIST» (REINO UNIDO), de 28 de Julho de 1990

O dividendo da paz vai traduzir-se na Grã-Bretanha, ao longo dos próximos 5 anos, pelos maiores cortes nas forças armadas verificadas desde

o fim do serviço militar obrigatório e da retirada do Império, iniciada nos anos 50.

	FORÇAS ACTUAIS	FORÇAS FUTURAS
Forças nucleares		
Submarinos	4 «POLARIS»	4 «TRIDENT»
Esquadras de aviões	11 «TORNADO/ /BUCCANEER»	8 «TORNADO»
Defesa do Reino Unido		
Esquadras de aviões interceptores	6 «TORNADO» 2 «PHANTON»	7 «TORNADO»
Tropas (aproximadas)	100 000	100 000
Defesa do continente europeu		
Forças básicas		
Divisões	4 (1 no RU em tempo de paz)	2 (1 no RU em tempo de paz)
Esquadras	15 (em 4 bases da RFA)	9 (em 2 bases da RFA)
Esquadras de «TORNADO»	3 (baseadas no RU)	2 (baseadas no RU)
Reforços especiais		
Brigadas de comandos	3	3
Força móvel britânica	1	0
Força móvel ACE	1	1
Reforços aéreos		
Esquadras — «JAGUAR»	1	1
«HARRIER»	1	1
Forças marítimas		
Porta-aviões	3	3
Submarinos (nucleares e Diesel)	27	16 (aprox.)
Destroyers/fragatas	48	40 (aprox.)
Esquadras de «NIMROD»	4	Redução de 15%
Esquadras de «BUCCANEER»	2	0
Esquadrões de «TORNADO»	0	2
Pessoal		
Marinha/fuzileiros	83 000	60 000
Exército	160 000	120 000
Força Aérea	89 000	75 000
Civis	141 000	120 000

O Reino Unido é o segundo país da OTAN, depois da RFA, a anunciar cortes específicos nas suas forças armadas. O objectivo do governo britânico consiste em dispor de forças menores mas melhores, suficientemente poderosas para satisfazer os requisitos mínimos da segurança do país e da Europa.

*«DEFENSE AND ARMAMENT HÉRACLÈS INTERNATIONAL»
(FRANÇA), n.º 97, de Julho-Agosto de 1990*

O acordo sobre armas químicas assinado entre americanos e soviéticos permite a ambos os países parar a produção de todos os tipos desta categoria de armas. Em especial, o acordo estipula que a URSS e os Estados Unidos iniciem a destruição dos seus «stocks» de armas químicas a partir de 1992.

No ano 2000 os arsenais devem estar reduzidos a 50 por cento, e no ano 2002 só poderão existir 5000 ton. de agentes químicos. Quando, em 2002, se atingir este quantitativo apenas permanecerão 20 por cento dos «stocks» actuais.

De acordo com o Tratado START deverão ser adoptadas medidas rigorosas de verificação.

Por outro lado, os americanos prometeram apoiar tecnologicamente os soviéticos na destruição dos seus arsenais químicos, operação que requer meios técnicos sofisticados e que deve ser executada com a máxima segurança.

O acordo agora assinado em Washington faz ainda referência a uma futura convenção internacional para não permitir o fabrico de mais armas químicas. Se essa convenção for internacionalmente estabelecida, os Estados Unidos e a União Soviética comprometem-se a reduzir em 8 anos os seus «stocks» a um nível de 2 por cento do actualmente existente.

Moscovo e Washington igualmente propõem que todas as armas químicas existentes sejam destruídas quando todas as potências com capacidade para as produzir tenham aderido a essa convenção.

«REVISTA ESPAÑOLA DE DEFENSA» (ESPANHA), de Julho-Agosto de 1990.

Apesar da feição tomada pelos acontecimentos nos países de Leste e pelo nítido desanuviamento das relações mútuas, os Estados Unidos e

a União Soviética estão a aumentar os seus orçamentos destinados à investigação científica no capítulo dos armamentos.

Tal facto fica a dever-se, segundo os peritos, à exigência de uma melhoria de qualidade dos materiais no sentido de aumentar a sua eficiência num momento em que se tende para a redução do número de armas.

Actualmente o Pentágono está a travar uma árdua discussão com o poder legislativo acerca das verbas para a defesa em 1991, existindo uma séria discrepância entre a Administração Bush, o Congresso e o Senado sobre a inevitabilidade da redução dos equipamentos militares.

Mas, pelo contrário, existe um certo consenso entre os poderes executivo e legislativo e a indústria, para salvaguarda da capacidade de investigação e desenvolvimento do complexo técnico-militar.

Devido a este estado de coisas, o Pentágono tem previsto o aumento do orçamento destinado a ID dos 37 700 milhões de dólares deste ano para 38 100 milhões para 1991. Deste aumento, 889 milhões destinam-se à Iniciativa de Defesa Estratégica, o que significa um aumento de 22 por cento depois de descontada a inflação.

Por sua parte, os soviéticos anunciaram uma redução de 14 por cento da verba destinada a ID em 1990, mas aumentando uma parte substancial no orçamento da defesa. Só com sistemas de armas com características e técnicas melhoradas se poderá compensar a redução do pessoal e do armamento sem afectar a capacidade de combate.

«INTERNATIONAL DEFENSE REVIEW» (SUIÇA), de Agosto de 1990

As vendas mundiais de armamentos aos países em desenvolvimento sofreram uma queda acentuada em 1989 (em milhões de dólares):

	1988	1989
Por países não comunistas	203 000	155 000
Por países do bloco comunista	195 000	138 000
	398 000	293 000

Em 1989 o total dos acordos para a transferência de armamentos dos EUA para o Terceiro Mundo caiu de 93 000 milhões de dólares em 1988

para 77 000 milhões, devido à falta de encomendas dos compradores habituais. No entanto, a percentagem em relação ao total de vendas aumentou de 23 para 26 por cento. Os EUA deixaram em 1989 de ser o principal fornecedor de armamentos aos países do Terceiro Mundo, tendo o Reino Unido passado a ser o principal fornecedor de armamentos à Arábia Saudita, com 4800 milhões de dólares. A União Soviética foi o principal fornecedor de armamento ao Afeganistão, Índia, Iraque, Vietname, Cuba, Síria, Líbia e Etiópia. A China foi o principal fornecedor do Irão.

Na Europa Ocidental observou-se um acentuado decréscimo no valor dos acordos com a França, que passou de 32 000 milhões de dólares em 1988 para 300 milhões em 1989. No Reino Unido, a queda foi de 52 000 milhões de dólares em 1988 para 32 000 milhões em 1989.

«EL PAIS» (ESPAÑA), de 8 de Setembro de 1990

O Director-Geral do Armamento e Material do Ministério da Defesa de Espanha anunciou na Universidade Internacional Menendez Pelayo, de Santander, que o Ministério da Defesa adquirirá, entre 1991 e 1996, material electrónico, informático e de telecomunicações para as Forças Armadas espanholas no valor de 160 000 milhões de pesetas (240 000 milhões de escudos).

Este valor poderá ser superior a 30 por cento dos investimentos para a defesa nos próximos 6 anos.

As empresas espanholas do sector serão os fornecedores da totalidade do material electrónico e informático, entre outros motivos porque, com isso, se obtém uma maior segurança no caso de uma crise militar.

O representante do Ministro da Defesa estima que a indústria espanhola poderá fabricar 50 por cento do material em colaboração com empresas de outros países. Contudo, a Administração vai apoiar financeiramente todas as iniciativas no campo da Investigação e Desenvolvimento que possam interessar directamente à defesa.

«EL PAIS» (ESPAÑA), de 13 de Setembro de 1990

O Chefe de Estado-Maior da Defesa de Espanha, Almirante Gonzalo Martin Granizo, declarou no Parlamento ser a favor de uma maior pro-

fissionalização das Forças Armadas, mas tem opinião contrária à supressão do Serviço Militar Obrigatório.

A redução do serviço militar de 12 para 3 meses, proposta pelo PSOE, corresponderia a uma diminuição dos efectivos de 175 000 homens para 140 000.

O Almirante assinalou que umas Forças Armadas inteiramente profissionais seriam muito caras, e, por isso, não saber se o país poderia suportar tal despesa.

Por outro lado, o «Defensor del Pueblo» traçou perante os parlamentares uma imagem da vida do soldado espanhol, referindo a forma descortês como os mancebos são recebidos nos centros de recrutamento. Também se referiu que os militares efectuem em muitas ocasiões tarefas menos próprias do serviço militar e, ainda, de forma especial, ao excessivo rigor físico de algumas provas que agravam enfermidades latentes que não puderam ser atempadamente detectadas por um serviço de assistência médica insuficiente.

Por último, o «Defensor del Pueblo» pediu ao Parlamento a elaboração de um estudo de direitos e obrigações dos militares, que deverá incluir as vias de reclamação contra os abusos.

«NAVAL WAR COLLEGE REVIEW» (EUA), Inverno de 1990

As mudanças ocasionadas por Gorbachev oferecem uma oportunidade histórica para melhorar a segurança dos EUA, sendo porém necessário não confundir os desejos com a realidade, ou as intenções declaradas com capacidade. Na realidade, embora se tenha reduzido a ameaça de uma agressão soviética contra a OTAN, até este momento não se reduziram as suas capacidades.

Existem porém outras tendências que estão a surgir no mundo actual e que afectarão a nossa segurança, pelo que não podemos encarar as relações da segurança internacional em termos estritamente bipolares. O mundo tornou-se multipolar, apresentando-se o poder militar e económico cada vez mais difuso, particularmente na Ásia e no Terceiro Mundo. Assim, a nossa capacidade de dissuasão e de defesa, face a uma grande gama de ameaças contra os interesses dos EUA, deve ser considerada ao serem estabelecidas as prioridades para os anos 90.

Os cortes propostos para a estrutura de forças, com vista a obter economia a curto prazo, podem ter sérias consequências a longo prazo, se as implicações e os custos estratégicos de tais iniciativas não forem adequadamente compreendidos.

Os EUA têm-se oposto ao estabelecimento de medidas navais no controlo de armamentos por ser crucial uma marinha forte para proteger os seus interesses vitais de segurança. Ao contrário da URSS, os EUA são uma nação marítima, tendo as duas Grandes Guerras demonstrado que as linhas de comunicações oceânicas são fundamentais para a vitória. As duas categorias de objectivos da Marinha americana manter-se-ão:

- Conservar uma força militar forte e pronta para qualquer contingência ou missão. Cabem nesta categoria todas as operações que contribuem para a dissuasão da guerra e para a vitória em tempo de guerra, se a dissuasão falhar.
- Executar todas as outras operações que visam os interesses nacionais: presença em tempo de paz, controlo de crises, opções das forças convencionais, intervenções políticas, etc.

Para as suas futuras missões a Marinha americana deverá ser mais flexível, ter maior mobilidade e mais capacidade, ser multidimensional e cada vez mais furtiva. No próximo século, a chave das operações navais continuará a ser centrada nos porta-aviões e nas forças anfíbias, com forças largamente polivalentes, tridimensionais e com defesa e capacidade ofensiva em profundidade.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

